



Andressa Schiavo

**ANÁLISE DE CRÉDITO PESSOA FÍSICA PRODUTOR RURAL E A  
CAPACIDADE DE PAGAMENTO: estudo aplicado em produtores rurais  
de Catuípe-RS**

Dissertação de Mestrado

Cruz Alta - RS, dezembro 2019

Andressa Schiavo

**ANÁLISE DE CRÉDITO PESSOA FÍSICA PRODUTOR RURAL E A  
CAPACIDADE DE PAGAMENTO: estudo aplicado em produtores rurais  
de Catuípe-RS**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Desenvolvimento Rural da Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ-2019.

Orientadora: Profa. Dra. Tamara Silvana Menuzzi Diverio

Co-orientadora: Profa. Dra. Claudia Maria Prudencio de Mera

Cruz Alta - RS, dezembro 2019

S329a

Schiavo, Andressa

Análise de crédito pessoa física produtor rural e a capacidade de pagamento: estudo aplicado em produtores rurais de Catuípe-RS / Andressa Schiavo. – 2020.

81 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade de Cruz Alta / Unicruz, Mestrado Profissional em Desenvolvimento Rural, Cruz Alta, 2019.

Orientadora: Profa. Dra. Tamara Silvana Menuzzi Diverio.

Co-orientadora: Profa. Dra. Claudia Maria Prudencio de Mera.

1. Crédito agrícola-produtor rural. 2. Crédito rural. 3. Sustentabilidade financeira-propriedade rural. 4. Contabilidade rural. I. Diverio, Tamara Silvana Menuzzi. II. Mera, Claudia Maria Prudencio de. III. Título.

CDU 657:631.1(816.5)

Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ  
Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão  
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado Profissional em Desenvolvimento Rural

**ANÁLISE DE CRÉDITO PESSOA FÍSICA PRODUTOR RURAL E A  
CAPACIDADE DE PAGAMENTO: estudo aplicado em produtores rurais  
de Catuípe-RS**

Elaborado por

Andressa Schiavo

Como requisito parcial para obtenção do Título de  
Mestre em Desenvolvimento Rural

Banca Examinadora:

---

Profa. Dra. Tamara Silvana Menuzzi Diverio  
Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ

---

Profa. Dra. Claudia Maria Prudencio de Mera  
Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ

---

Prof. Dr. Ivo Elesbão  
Universidade Federal de Santa Maria

Cruz Alta - RS, 2019

## RESUMO

### **ANÁLISE DE CRÉDITO PESSOA FÍSICA PRODUTOR RURAL E A CAPACIDADE DE PAGAMENTO: estudo aplicado em produtores rurais de Catuípe-RS**

Autora: Andressa Schiavo

Orientadora: Profa. Dra. Tamara Silvana Menuzzi Diverio

Coorientadora: Profa. Dra. Claudia Maria Prudencio de Mera

A agricultura ainda é uma das principais atividades do Brasil e de suma importância para o Produto Interno Bruto (PIB), gerando trabalho e emprego para milhares de pessoas envolvidas na atividade rural. Este estudo tem como objetivo geral, avaliar os fatores que interferem na gestão de crédito e na capacidade de pagamento através da análise de crédito pessoa física produtor rural. Mais especificamente, o estudo buscou analisar políticas públicas voltadas ao crédito para o produtor rural e identificar variáveis que influenciam o acesso ao crédito pelo produtor; na sequência o estudo apresenta uma ferramenta para análise de crédito e sua aplicabilidade para propriedades do município de Catuípe-RS. Por fim, o estudo buscou identificar variáveis que influenciam a inadimplência do produtor rural e sugerir um plano de ação. Utilizou-se a metodologia do Balanço perguntado e foi realizada entrevista com as famílias agricultoras que teve como objetivo estruturar o Balanço Patrimonial Perguntado (BPP) e a demonstração Resultado Exercício Perguntado (DREP), com base na estrutura de (CORREA et al., 2006, p. 6-7). O estudo utilizou ainda o modelo de análise de crédito para produtor agrícola e pecuária desenvolvido por Feil (2015). O modelo sugerido por Correia et al. (2006, p. 6-7) e Feil (2015) foi adaptado e transformado em planilhas em Excel e posteriormente aplicado a 3 casos práticos no Município de Catuípe visando validar assim o modelo proposto, e também realizar a análise de crédito qualitativa para pessoa física produtor rural. Além disso, também foram coletados dados secundários, via pesquisa, em livros, artigos, periódicos, etc. Desta forma, como resultado principal do estudo destaca-se de acordo com a pesquisa, que entre os principais motivos que levam os produtores rurais a terem dificuldades de conseguirem quitar suas dívidas estão problemas com saúde, restrição ao crédito pela falta de garantia, queda de preço dos produtos comercializados no mercado e receitas obtidas abaixo do esperado. Ressalta-se ainda que as propriedades investigadas não possuem controles eficazes, que permita detectar a real situação financeira e econômica da mesma e necessitam de um acompanhamento contábil.

Palavras-chave: Gestão de crédito. Capacidade de pagamento. Produtor rural.

## **ABSTRACT**

### **CREDIT ANALYSIS OF PEOPLE RURAL PRODUCER AND PAYMENT CAPACITY: a study applied in rural producers of Catuípe-RS**

Author: Andressa Schiavo

Advisor: Profa. Dra. Tamara Silvana Menuzzi Diverio

Co-advisor: Profa. Dra. Claudia Maria Prudencio de Mera

Agriculture is still one of the main activities in Brazil and very important for the Gross Domestic Product (GDP), generating work and employment for thousands of people involved in rural activity. This study has as its general objective, to evaluate factors that interfere with credit management and repayment capacity through the analysis of individual producer rural credit. More specifically, the study sought to analyze credit-oriented public policies for the farmer and identify variables that influence producer access to credit; in sequence the study presents a tool for credit analysis and its applicability to properties of the municipality of Catuípe-RS. Lastly, the study sought to identify variables that influence farmers' default and to suggest an action plan. We used the Balance methodology asked and an interview was conducted with the farming families which aimed to structure the Balance Sheet Asked (BPP) and the Income Statement Asked Question (DREP), based on the structure of (CORREA et al., 2006, p. 6-7). The study also used the credit analysis model for agricultural and livestock producers developed by Feil (2015). The model suggested by Correia et al. (2006, p. 6-7) and Feil (2015) was adapted and transformed into Excel spreadsheets and subsequently applied to 3 case studies in the city of Catuípe aiming to validate the proposed model, and also perform qualitative credit analysis for individual rural producers. Besides that, secondary data were also collected, via search, in books, articles, periodicals, etc. Thus, as the main result of the study stands out according to the research, that among the main reasons that lead farmers to have difficulties in getting their debts are health problems, credit restriction for lack of collateral, price drop of marketed products and lower than expected revenues. It is also emphasized that the investigated properties do not have effective controls, detect the real financial and economic situation of the same and need an accounting follow-up.

Keywords: Credit management. Payment ability. Rural producer.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Resumo do Índice de Liquidez .....	29
Quadro 2	Resumo do Índice de Atividade .....	30
Quadro 3	Resumo do Índice de Endividamento .....	31
Quadro 4	Resumo do Índice de Rentabilidade .....	31
Quadro 5	Passos e Etapas da Pesquisa .....	36
Quadro 6	Roteiro da Planilha e Etapas da Coleta e Análise dos Dados .....	38
Quadro 7	Plano de Ação Relacionado aos Principais Motivos que Levam os Produtores Rurais a terem Dificuldades Relacionadas à Capacidade de Pagamento .....	64
Figura 1	Principais Marcos Institucionais do Sistema de Crédito Agrícola no Brasil ...	40

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Características Operacionais dos Produtores .....	51
Tabela 2	Balanço Patrimonial Perguntado – Trimestral (Ativo) .....	52
Tabela 3	Balanço Patrimonial Perguntado – Trimestral (Passivo).....	53
Tabela 4	DRE Perguntado (01/10/18 a 31/12/2018) .....	55
Tabela 5	Análise de Crédito por meio da Prática da Pessoa Física .....	56
Tabela 6	Análise dos Índices Econômicos Financeiros .....	57
Tabela 7	Fator de Insolvência das Propriedades Investigadas .....	62

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A	Ativo
ABAG	Associação Brasileira do Agronegócio
AC	Ativo Circulante
AF	Ativo Fixo
BACEN	Banco Central do Brasil
BMF	Bolsa de Mercados Futuros
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BP	Balança de Pagamentos
BPP	Brasil Pré-Pagos
CAGED	Cadastro Geral de Empregos e Desempregos
CE	Composição do Endividamento
CNA	Conferência Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
CPR	Cédula do Produtor Rural
CT	Capital de Terceiros
D	Disponível
DREP	Demonstração Resultado Exercício Perguntado
DRE	Demonstrativo do Resultado do Exercício
EG	Endividamento Geral
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICC	Índice Nacional de Confiança do Consumidor
IPL	Imobilizado do Patrimônio Líquido
LC	Liquidez Corrente
LG	Liquidez Geral

LI	Liquidez Imediata
LL	Lucro Líquido
MCR	Manual do Crédito Rural
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
ML	Margem Liquida
P	Passivo
PC	Passivo Circulante
PESA	Programa Especial de Saneamento de Ativos
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Patrimônio Líquido
PLM	Patrimônio Líquido Médio
PNC	Passivo Não Circulante
PROAGRO	Programa e Garantias da Atividade Agrícola
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROSOLO	Programa de Incentivo ao Uso de Corretivos de Solo
R	Realizável a Longo Prazo
RA	Rentabilidade do Ativo
RPL	Rentabilidade do Patrimônio Líquido
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
SISBACEN	Sistema do Banco Central
SNCR	Sistema Nacional de Cadastro Rural
VL	Vendas Líquidas

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>1.1 Objetivos.....</b>	<b>13</b>
1.1.1 Objetivo Geral .....	14
1.1.2 Objetivos Específicos .....	14
<b>1.2 Justificativa .....</b>	<b>14</b>
<b>1.3 Estrutura do Estudo .....</b>	<b>15</b>
<b>2 REVISÃO DE LITERATURA.....</b>	<b>16</b>
<b>2.1 Panorama e Conceito do Crédito no Brasil.....</b>	<b>16</b>
<b>2.2 Contextualização do Crédito Agrícola para Produtor Rural.....</b>	<b>19</b>
<b>2.3 Inadimplência do Crédito Rural .....</b>	<b>20</b>
2.3.1 Análise do Crédito e Capacidade de Pagamento .....	21
2.3.2 Os C's do Crédito e o Risco .....	23
<b>2.4 Sustentabilidade Financeira da Propriedade Rural.....</b>	<b>25</b>
<b>2.5 A contabilidade Rural e as Demonstrações Contábeis.....</b>	<b>27</b>
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>33</b>
<b>3.1 Classificação da Pesquisa.....</b>	<b>33</b>
<b>3.2 Procedimento para a Coleta de Dados.....</b>	<b>35</b>
3.2.1 A metodologia do Balanço Perguntado .....	37
<b>3.3 Procedimento para Análise de Dados da Pesquisa.....</b>	<b>37</b>
<b>4 POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO CRÉDITO PARA O PRODUTOR RURAL E VARIÁVEIS QUE INFLUENCIAM O ACESSO AO CRÉDITO .....</b>	<b>39</b>
<b>4.1 Considerações sobre as Políticas de Crédito Agrícola no Brasil.....</b>	<b>39</b>
<b>4.2 Variáveis Macroeconômicas que Influenciam o Acesso ao Crédito pelo Produtor....</b>	<b>45</b>
4.2.1 Fatores Climáticos e Comerciais .....	45
4.2.2 Taxas de Juros e as Incertezas Mercadológicas.....	46
4.2.3 O PIB e a Taxa de Câmbio .....	47

<b>5 ANÁLISE DE CRÉDITO DE PESSOA FÍSICA PRODUTOR RURAL</b>	
<b>ESTRUTURADO COM BASE NO BPP E DREP – APLICAÇÃO PRÁTICA.....</b>	<b>49</b>
<b>5.1 Apresentação e Análise dos Resultados.....</b>	<b>49</b>
<b>5.2 Apresentação dos Índices Econômico-Financeiro das Propriedades Investigadas ....</b>	<b>57</b>
5.2.1 Análise da Liquidez.....	57
5.2.2 Análise da Estrutura de Capitais.....	58
5.2.4 Análise do Fator de Insolvência .....	60
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>66</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>68</b>
<b>APÊNDICE A - Instrumentos da Pesquisa.....</b>	<b>77</b>
<b>APÊNDICE B - Planilhas Excel Utilizadas para Coleta dos Dados nas Propriedades</b>	
<b>Investigadas.....</b>	<b>78</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O crédito é responsável por fomentar a atividade do meio rural, possibilitando a geração de emprego e renda, além de proporcionar o aumento da capacidade produtiva e acesso a novas tecnologias, servindo assim, como instrumento para o desenvolvimento rural. Ressalta-se que a atividade agrícola é responsável por boa parte dos empregos gerados no Brasil nos últimos tempos, tendo um saldo positivo em maio de 2019, de aproximadamente 37.373 postos de trabalho, conforme dados do Cadastro Geral de Empregos e Desempregos (CAGED, 2019). Atribui-se ao crédito a capacidade de desenvolver a atividade no meio rural, permitindo a geração de emprego, renda, e elevação da produção. Além disso, o crédito rural é um incentivo a atividade e comercialização dos produtos agrícolas, contribuindo com o avanço e estabilidade do homem no campo.

No entanto, com possibilidades de financiamentos disponíveis no mercado, e a necessidade das famílias na aquisição de novos produtos, tanto para uso pessoal, quanto para o desenvolvimento da atividade agrícola, origina-se a possibilidade de inadimplência, que, de acordo com o Conselho Nacional de Agricultura (CNA) (2018) vem crescendo gradativamente nos últimos anos. Neste sentido, tendo em vista as especificidades da produção agrícola, as incertezas do mercado, questões políticas e econômicas assume-se a dificuldade de pagamento do crédito pelo produtor rural.

A atividade rural tem incertezas inerentes a sua atividade e está associada historicamente a ação protetiva do Estado brasileiro, portanto a chance de inadimplência tende a acentuar-se, acometendo desfavoravelmente a atividade rural. Na tentativa de reduzir ou até evitar a inadimplência e problemas oriundos de não pagamentos é de suma importância a gestão financeira eficiente da propriedade rural. No entanto, boa parte dos pequenos produtores no Brasil ainda tem dificuldade de fazer a gestão de recursos e administrar a propriedade, evitando fazer uso de ferramentas de administração e contabilidade, para o controle e planejamento diário das suas atividades.

Ressalta-se que nas propriedades rurais, noções de contabilidade e administração rural e é um excelente auxílio permitindo além do controle das atividades, e da maximização dos lucros possibilitando a visão real da situação econômica e financeira e conseqüentemente a determinação do limite de crédito adequado a sua capacidade de pagamento. O uso de relatórios contábeis e de gestão no meio rural é ainda incipiente por parte do produtor rural e a

inadimplência está se tornando um problema grave neste meio. As aquisições, via crédito rural, principalmente de máquinas e equipamentos, necessitam em grande parte de acesso a esse crédito, e financiamentos que auxiliam na compra de insumos e equipamentos, e que tem como objetivo fornecer recursos para que o agricultor desenvolva suas atividades.

Com as mudanças constantes que ocorrem no meio rural, impõe-se aos produtores, a necessidade de uma gestão eficiente dos recursos e a necessidade de entender variáveis que afetam o mercado. Assim, o produtor deverá ter informações necessárias para a tomada de decisões, possibilitando manter-se financeiramente viável no mercado. Considerando que a atividade rural é de risco, tanto no que se refere à produção quanto na comercialização, os agricultores necessitam ter pleno conhecimento da gestão da atividade que esta desempenhando visando melhores resultados.

Cabe ressaltar que com a crise econômica que o Brasil vem enfrentando desde 2014, a agricultura, explica Petrolí (2015), está sofrendo com a recessão econômica e em especial com as dificuldades de financiamentos impostas pelas instituições financeiras. A crise financeira apontada é preocupante para as famílias agricultoras, pois, a inadimplência, que se desencadeia pelo atraso contínuo de contas, é um dos maiores receios que o agricultor possui ao adquirir um crédito.

Ressalta-se que além dos juros pagos, multas por atraso de contas, no ato de solicitar um valor para crédito o agricultor acaba fazendo seguro de vida, seguro de imóveis, do maquinário, entre outros, deixando-o em uma situação financeira preocupante no que se refere ao planejamento financeiro da propriedade rural. Dentro deste contexto, busca-se neste estudo desenvolver uma discussão sobre o crédito agrícola nas propriedades rurais, procurando entender a capacidade de pagamento de propriedades investigadas, bem como as consequências pela inadimplência das famílias de agricultores.

Assim, coloca-se como problema de pesquisa: **Quais fatores que interferem na gestão de crédito e capacidade de pagamento pela pessoa física produtor rural?**

## **1.1 Objetivos**

Os objetivos são divididos em objetivos gerais e específicos:

### 1.1.1 Objetivo Geral

**Avaliar os fatores que interfere na gestão de crédito e na capacidade de pagamento através da análise de crédito pessoa física produtora rural.**

### 1.1.2 Objetivos Específicos

- a) analisar políticas públicas voltadas ao crédito para o produtor rural e identificar variáveis que influenciam o acesso ao crédito pelo produtor rural;
- b) apresentar uma ferramenta para análise de crédito, para produtor rural pessoa física;
- c) aplicar a ferramenta e buscar validá-la fazendo a análise quantitativa de crédito de pessoa física em propriedades rurais;
- d) identificar variáveis que influenciam a inadimplência do produtor rural e sugerir diretrizes/plano de ação.

## 1.2 Justificativa

Este trabalho justifica-se pela importância de apresentar a discussão em torno dos fatores que interferem na gestão de crédito e na capacidade de pagamento através da análise de crédito pessoa física produtor rural. Destaca-se que a elaboração deste trabalho foi focada em pontos que poderão auxiliar no conhecimento desta temática, de modo em que foi possível analisar políticas públicas voltadas ao crédito para o produtor rural e identificar variáveis que influenciam o acesso ao crédito pelo produtor; além disso, identificar variáveis que influenciam a inadimplência do produtor rural e sugerir diretrizes/plano de ação.

Discutir esta temática já é um esforço de avanço nesta área e os próprios conhecimentos obtidos, por meio de várias leituras, pesquisa bibliográfica, embasamento em conceitos de autores com amplo conhecimento na área da pesquisa, com a intenção de analisar o tema proposto é uma contribuição para a academia e o estudo se encontrará à disposição de outros colegas da comunidade acadêmica, possibilitando futuras pesquisas na solução de problemas voltados a inadimplência e credito rural.

As propriedades investigadas no estudo não possuem um sistema gerencial adequado e que forneça as informações necessárias para uma boa gestão das atividades diárias. Assim, o presente estudo foi importante para que fosse possível conhecer a real necessidade das propriedades e do produtor e contribuir com discussões que possam gerar informações e

melhor tomada de decisão. Por isso, justifica-se plenamente estudos que permitem a avaliação dos fatores que interferem na gestão de crédito e na capacidade de pagamento através da análise de crédito pessoa física produtor rural. Entender a atividade financeira da propriedade e as variáveis que poderão influenciar no crédito e na inadimplência é de importância econômica e especialmente social.

### **1.3 Estrutura do Estudo**

Além da introdução, este trabalho está estruturado em mais 5 (cinco) capítulos e as considerações finais. A introdução apresenta o trabalho, contextualiza o tema, apresentando os objetivos e a justificativa.

O capítulo de Revisão de Literatura apresenta o panorama e conceito do crédito no Brasil; a contextualização do crédito agrícola para produtor rural; a inadimplência do crédito rural; a análise do crédito e capacidade de pagamento; os C's do crédito e o Risco; a sustentabilidade financeira da propriedade rural e por fim, a contabilidade rural e as demonstrações contábeis.

O capítulo, seguinte apresenta a metodologia utilizada para desenvolver o referido estudo. Na sequência apresenta-se o capítulo 4 que descreve as políticas de crédito e mercado que afetam o crédito para pessoa física produtor rural. Por sua vez, capítulo 5 apresenta a análise de crédito de pessoa física produtor rural estruturando com base na Balança de Pagamentos Perguntado (BPP) e na Demonstração Resultado Exercício Perguntado (DREP) - aplicação. Por fim, são apresentadas as considerações finais do estudo e o plano de ação proposto.

## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

Para haver compreensão a respeito do estudo, faz-se necessário buscar primeiramente a compreensão das suas teorias envolvidas. Portanto, para aprofundar o entendimento da gestão do crédito agrícola e a capacidade que o produtor rural pessoa física possui para liquidar suas dívidas, o estudo apresenta neste item: o panorama e conceito do crédito no Brasil; a contextualização do crédito agrícola para produtor rural; a inadimplência do crédito rural; a análise do crédito e capacidade de pagamento; os C's do crédito e o Risco; a sustentabilidade financeira da propriedade rural e por fim, a contabilidade rural e as demonstrações contábeis.

### **2.1 Panorama e Conceito do Crédito no Brasil**

O crédito rural nada mais é do que um financiamento destinado a produtores rurais com o objetivo de estimular os investimentos e ajudar no custeio da produção e comercialização de produtos agropecuários. O objetivo do crédito, em finanças, é definido como financiamento destinado a possibilitar a realização de transações comerciais entre empresas e seus clientes, estendendo-se no tempo, abrangendo todo tipo de atividade (SANTOS, 2011). O crédito facilita o processo de comercialização de produtos, sendo que é o recurso principal para a mediação entre cliente e prestadoras de crédito.

Conforme Coelho (2001), no Brasil, desde o século XIX, o crédito agrícola vem sendo implementado para apoiar os produtores rurais. Os sistemas de cooperativa de crédito, por exemplo, estavam fazendo sucesso na Europa, e o governo procurava criar mecanismos de financiamento de crédito agrícola para os produtores. Essas políticas foram desenvolvidas por volta de 1906 para firmar contrato com os cafeicultores. Anos mais tarde, em 1950, com forte apoio estatal estimulando a exportação de produtos agrícolas, principalmente de soja e trigo, criam-se as cooperativas empresariais, aumentando o estímulo da aquisição de créditos agrícolas, visando desenvolver as propriedades rurais.

O crédito agrícola, que começou a desenvolver-se após o período de industrialização, após a década de 1930, quando ocorreu a crise do café, que era reflexo da grande depressão de 1929. Ramos e Junior (2010), lembram que em 1965 criou-se o Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), tendo como objetivo estimular os investimentos rurais, favorecer custeios

agrícolas, fortalecer a economia dos produtores rurais, entre outros. Cabe lembrar que antes de 1965, o crédito era apenas executado pelo Banco do Brasil, por meio de sua carteira de crédito rural.

Em 1972 foi instituído o projeto de lei que criou o SNCR, a Lei nº 5.868/72 onde o Estado promoveu intervenções nas políticas agrícolas, visando à modernização da agricultura. Entre os anos de 1970 a 1979, ainda sob o regime militar, a intervenção estatal do estado, desenvolveu ainda mais os créditos agrícolas. Devido a taxas de juros baixas e uma inflação desregulada, esse cenário estimulou o fluxo de recursos financeiros permitindo alavancar a produtividade no meio rural. Já, em 1980, os juros se elevaram, e criou-se então, as poupanças rurais (BACHA; DONELON; DEL BEL FILHO, 2005). Durante o período de 1960 a 1990 foram criadas várias cooperativas, onde os produtores reivindicavam melhorias, em maquinários, produtos, e melhorias nos créditos, porém, somente depois dos anos 1990 que o setor e cooperativas de crédito se desenvolveram, abrindo um amplo mercado de crédito, com a abertura comercial do país.

Até o período de 1994 os financiamentos dependiam de recursos governamentais, que com chegada da globalização e o surgimento das agroindústrias, surgiu a Cédula do Produto Rural (CPR), que representa a promessa de entrega de produtos rurais, além disso, esta permite a venda antecipada da produção. Essa cédula estimulou ainda mais o mercado, incluiu os sistemas bancários e a Bolsa de Mercados Futuros (BMF).

Pode-se destacar que no decorrer dos anos, o crédito rural teve várias modificações, e desempenhou um papel de grande importância na agricultura, e por este fato, as modificações ocorridas sempre tiveram a intenção de buscar melhorar as condições de crédito para o produtor. De acordo com Schneider (2007) estas mudanças foram importantes, pois a cada ano a agricultura foi aprimorando seu papel na economia, e proporcionando mais rentabilidade ao produtor rural. As cooperativas de crédito tiveram seu auge no Brasil por volta de 1990, onde se desenvolveram e abriram várias ramificações voltadas para a agricultura, e para um processo de desenvolvimento e da modernização do campo.

Segundo Leite e Junior (2014), a modernização da agricultura, e o crescimento dos recursos para o aumento da qualidade agrícola estão relacionados com a criação especialmente do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que integra o SNCR e visa fornecer crédito rural, tratando-se da primeira política pública nacional institucionalizada com o objetivo de atender exclusivamente a agricultura familiar. O PRONAF é uma política pública, criada pelo governo federal em 1996, com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores

familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda. Seus recursos são destinados aos agricultores familiares, os quais têm acesso a esses recursos via agentes financeiros autorizados. Estes, por sua vez, fazem análise de crédito dos tomadores para avaliar a concessão ou não dos financiamentos. No entanto, como qualquer outra modalidade de crédito existe o risco associado (LEITE; JUNIOR, 2014).

O PRONAF é constituído por 16 linhas de crédito, sendo as mais conhecidas às linhas de custeio e de investimento. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a linha de PRONAF custeio destina-se ao financiamento das atividades agropecuárias e não agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização de produtos. Sua principal utilização é para aquisição de insumos, horas máquina para o plantio, limpeza da lavoura e, para fazer colheita do que foi produzido.

De acordo com o MDA, o PRONAF investimento é destinado ao financiamento da implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços, agropecuários ou não agropecuários, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas. Dentro da linha de custeio e investimento, o PRONAF ainda é dividido em subprogramas, para melhor se adequar a demanda do agricultor.

Com todas as possibilidades de financiamentos disponíveis no mercado, e a necessidade das famílias na aquisição de novos produtos, tanto para uso pessoal, quanto no caso dos agricultores para o desenvolvimento da sua propriedade, existe a possibilidade de ocorrer à inadimplência. Ressalta-se que há diferença entre endividamento e inadimplência, pois, segundo Olivato e Souza (2007) endividados são aqueles que adquirem dívidas e comprometem uma parcela expressiva de suas rendas. Já os inadimplentes são aqueles que deixam de cumprir com um contrato, contraem as dívidas e não as pagam, muitas vezes, ficando endividado.

No geral, pode-se observar que os problemas estão na falta de planejamento do indivíduo, ou seja, na boa gestão financeira, onde se tem o controle da quantidade possível de renda a ser comprometida poderá evitar um constrangimento em não cumprir com o pagamento dos contratos acordados. Os créditos adquiridos tanto pelos produtores rurais quanto para as demais pessoas, são preocupantes, no sentido de muitas vezes serem adquiridos sem um planejamento (OLIVATO; SOUZA, 2007).

Por fim, a diversidade de programas e financiamentos que há nas prestadoras de crédito, desencadeia preocupação, para todas as famílias e principalmente as famílias agricultoras quanto à aquisição de créditos para financiamento de suas atividades, pois todo o

investimento adquirido possui riscos, e estes se tornam muitas vezes alarmantes e, além disso, as contas em atraso, que se tornam cada vez mais frequente, desestabilizando as finanças do produtor rural. A seguir será explanado sobre as políticas de crédito agrícola no Brasil.

## **2.2 Contextualização do Crédito Agrícola para Produtor Rural**

O crédito é responsável por fomentar a economia, bem como a agricultura, gerando assim, emprego e renda. O agricultor através do acesso ao crédito adquire a possibilidade de aumentar sua capacidade produtiva. O crédito agrícola serve como instrumento para impulsionar o desenvolvimento rural, com novas tecnologias, além de auxiliar o agricultor na aquisição das mesmas. Essa possibilidade que o produtor rural possui de impulsionar sua produção obtendo crédito e auxiliando no desenvolvimento da economia do país, porém o desenvolvimento poderá estar condicionado a certo grau de endividamento (JÚNIOR, 2010).

A agricultura é responsável por boa parte dos empregos gerados no Brasil nos últimos tempos, tendo um saldo positivo em julho de 2019, quando cerca de 22,7 mil novos postos de trabalho foram criados, segundo números cadastrados no Cadastro Geral de Empregos e Desempregos (CAGED, 2019). Devido a essa expansão do agronegócio, que no ano de 2018 foi responsável por cerca de 23,5 % do Produto Interno Bruto (PIB), sendo que em 13 anos, esta foi a melhor participação, segundo a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) (2018). O agronegócio está cada vez mais em expansão no país, tornando possível várias propriedades agrícolas produzirem e se desenvolverem cada vez mais, tornando o Brasil cada vez mais globalizado e inovador na área da agricultura.

Por sua vez, a agricultura familiar, está cada vez mais adepta as novas tendências do agronegócio, essas tendências são os rumos do agronegócio, como a inovação tecnológica que é importante para o crescimento da economia do país e do estado do Rio Grande do Sul. As fontes de recursos desta economia de mercado impulsionam investimentos que visam à melhoria na qualidade da produção. Segundo Abramovay (1997, p. 3) a agricultura familiar é:

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho, vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional. É perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiar) estão presentes em todas elas.

Assim sendo, para que o agricultor de adapte as tecnologias oferecidas atualmente no mercado, e para que o produtor rural possa crescer cada vez mais, atendendo a demanda do mercado que ele se encontra, há a necessidade da aquisição de créditos, de custeio ou de investimentos, para alavancar o seu negócio. Essas tecnologias exigidas abrangem diversas culturas, uma delas é a soja, que atualmente é um dos produtos mais exportados do Brasil.

A seguir serão apresentados os conceitos de inadimplência, e suas conformidades com o crédito rural.

### **2.3 Inadimplência do Crédito Rural**

A inadimplência, conforme Oliveira (2010) desencadeia-se do não cumprimento dos pagamentos de contas, e o mercado financeiro está cheio de incertezas, e preocupações relacionadas ao risco referente aos créditos concebidos. Destaca-se que boa parte da produção de alimentos, como a soja, o leite, o milho, o trigo entre outros depende dos recursos financeiros via crédito.

Lembrando que o governo possui políticas de crédito que interferem de forma direta ou indireta na produção e comercialização dos produtos, estas políticas são utilizadas pelo governo, para a correção de possíveis distorções de diversos problemas que ocorrem no meio econômico e principalmente rural. Estas políticas de modo geral, auxiliam o produtor na gestão da propriedade, gestão esta que requer uma atenção especial, pois, famílias produtoras acabam se endividando nos bancos ou cooperativas de créditos pela má administração de seus bens. Em 2012, foi emitido um *Relatório Estabilidade Financeira*, pelo Banco Central do Brasil (BACEN) onde foram realizados testes com o objetivo de avaliar os impactos do crédito. As variáveis macroeconômicas que mais se destacaram nesta pesquisa foram às taxas de juros, PIB e a taxa de câmbio como variável que interverem diretamente na avaliação do endividamento. Sendo que, com a redução da taxa de juros o aumento da concessão de crédito foi maior.

Ainda, outra variável que pode vir a influenciar é o Índice Nacional de Confiança do Consumidor (ICC), tendo em vista que este possui relação com o consumo, podendo desencadear uma inadimplência maior. Além destas variáveis ligadas ao sistema financeiro, podem-se destacar, no âmbito rural, problemas que levam ou podem agravar inadimplências, como os fenômenos climáticos (chuva, estiagem, granizo, temporais, entre outros), sendo que esses riscos são de suma importância para definir o cenário do endividamento. Segundo Silva (2008) o analista precisa atentar para diversas variáveis relacionadas ao tomador do crédito,

tanto informações passadas, presentes e futuras em relação à capacidade de pagamento. As análises de risco disponíveis no mercado tendem a traçar uma linha de confiabilidade entre a prestadora de crédito e o tomador do mesmo. Por isso, ao dirigir-se a uma agência bancária, os trâmites para a concessão do crédito se tornam demorados devido à análise do perfil e principalmente garantias por parte do cliente.

A análise da renda e de possíveis inadimplências passa pela análise do *Escore* de crédito, é uma análise de todos os bens que o produtor rural possui, desde a quantidade de produção até máquinas e equipamentos utilizados. Segundo Gitman (2004, p. 521) “a atribuição de *escores* de crédito é um método de seleção utilizado quando há muitos pedidos de crédito de pequeno volume”, esta análise dos bens faz com que o banco libere ou não o financiamento para o agricultor. Esse processo é de suma importância, pois, a análise realizada aumenta o nível de confiança além de comprovar se o tomador de crédito tem ou não capacidade de adquirir o financiamento.

Enfim, para a concessão do crédito agrícola, há uma forte análise dos bens que o indivíduo possui e que pode dar em garantia, pois para que não haja problema de não pagamento da dívida, os bancos fazem a análise do *escore* de crédito, para firmar esse acordo, e a prestadora ter a certeza que irá receber o valor do financiamento. Ainda, pode-se afirmar, que um financiamento só é liberado se, além de todos esses pontos descritos acima, a propriedade seja sustentável o suficiente para gerar renda que supra todos os gastos da mesma. Sabe-se que o produtor rural no decorrer dos anos vem desenvolvendo as atividades na agricultura, associado a um envolvimento com o sistema financeiro nacional. As adequações e entendimento do mercado são necessárias para que o produtor rural se desenvolva e possa ser ativo no meio financeiro, possibilitando que possam adquirir créditos, e entenda os riscos, incertezas, juros altos envolvidas e que não comprometa a lucratividade da propriedade.

### 2.3.1 Análise do Crédito e Capacidade de Pagamento

O crédito é responsável por atender várias necessidades econômicas dos produtores rurais. Para a aquisição de créditos, principalmente voltado ao meio rural, é necessário num primeiro momento, um processo avaliativo do agricultor para a possível liberação do recurso. A análise de crédito implica na maioria das vezes o levantamento de informações e dados do adquirente do crédito, a compilação e a análise para a tomada de decisão. Portanto, a situação financeira da propriedade, por exemplo, tanto do passado, presente e as perspectivas futuras

podem ser analisadas de acordo com o objetivo para a concessão de crédito. Para cada situação, são estabelecidos critérios específicos, a fim de que o crédito seja concedido sem grandes riscos (SCHRICHEL, 2000).

Santos (2011) define a análise de crédito como um processo de averiguação na intenção de identificar a capacidade de pagamento e idoneidade do futuro devedor. De acordo com Schrickel (2000) há três etapas na análise do crédito, a primeira, diz respeito à análise retrospectiva, buscando a história do credor, ou seja, analisando patrimônio, débitos, créditos, ou seja, o que possui em seu respectivo nome, por exemplo. A segunda diz respeito à análise de tendência, avaliando as condições financeiras futuras da propriedade e da própria pessoa física. E a terceira é a capacidade creditícia, ou seja, a análise das duas etapas anteriores mais o risco da situação econômica atual.

Cabe destacar que as taxas de juros aplicadas aos financiamentos são controladas pelo Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), que é a taxa básica de juros da economia brasileira e esta taxa tem forte influência sobre a tomada de crédito e varias outras atividades econômicas. Segundo Carrer, Souza Filho e Vinholis (2013) destacam que o problema maior está na utilização do crédito e não na disponibilidade deste crédito. Os referidos autores reforçam a necessidade de avaliação antecipada para liberação do crédito, avaliando o risco de possibilidade de não cumprimento da obrigação, sendo que uma boa avaliação dos riscos e das capacidades de pagamento do mesmo são de suma importância tanto para credor quanto para o devedor.

Conforme salienta Santos (2011) os bancos analisam os pontos fortes e fracos, averiguando assim a capacidade de ressarcimento de tal crédito. Ainda segundo o autor, as linhas de crédito para pessoa física podem dividir-se em: empréstimos emergenciais, financiamentos de compras, e investimentos. Sendo assim, os bancos possuem várias linhas de créditos, voltados a cada pessoa com suas respectivas necessidades.

De acordo com Feil (2015) as análises de crédito, utilizadas para pessoas jurídicas, também podem ser utilizadas para pessoas físicas, que pode ser classificada como pessoa física assalariada, trabalhadores nas atividades do comercial, industrial e de serviços, e também pessoa física produtor rural que tem como princípio a atividade agrícola e rural.

O produtor rural apresenta atividades que desencadeiam a geração de produtos, sendo assim tem um tratamento diferenciado em relação à concessão de crédito. Enquanto as pessoas físicas assalariadas recebem seus salários todos os meses sem alterações, os produtores rurais dependem de vários fatores, como os climáticos, consumidores, sanidade dos animais, entre outros. Assim, a contabilidade rural, pecuária ou agrícola também tratam as

propriedades como pequenas empresas, adequando as mesmas aos relatórios contábeis para apuração do endividamento, lucro, bens e direitos (FEIL, 2015).

Segundo Schrickel (2000), para que haja uma boa análise de crédito, é necessária uma vasta informação sobre a economia e o desenvolvimento da propriedade rural. A análise para pessoa jurídica pode ser a mesma que para pessoa física, mas segundo o referido autor, é necessária uma metodologia diferenciada, tendo em vista que uma análise quantitativa de crédito poderá ser útil para o produtor rural. Um dos principais problemas relacionados às análises de crédito é a ausência dos relatórios contábeis na pessoa física produtora rural como fonte básica para o entendimento e liberação do crédito rural.

Por fim, pode-se dizer que em geral, os bancos analisam o risco de caráter, capacidade, conglomerado, capital e colateral, de cada aquisição financeira, dando origem aos 5 C's do crédito. Que apesar de ser utilizado para pessoa jurídica, é cabível na análise de pessoa física, pois os riscos são os mesmos para analisar a liquidez e as garantias. A seguir, será apresentado um pouco sobre os C's do crédito.

### 2.3.2 Os C's do Crédito e o Risco

De acordo com Securato (2007, p. 49) o “risco é intrínseco ao ativo e ao subsistema ao qual pertence; é gerado por fatos que atingem diretamente o ativo em estudo ou o subsistema a que está ligado e não atinge os demais ativos e seus subsistemas”, ou seja, independe da vontade do cliente-tomador de empréstimos e ou financiamentos do banco. Ele existe devido à possibilidade do não pagamento do valor ao banco devido ao conjunto de fatores associados ao devedor. Dentro do risco intrínseco, que é o risco inerente ao tomador dos recursos, são analisados os 5 C's do crédito, que, segundo Silva (2008), são: o caráter, capacidade, conglomerado, condições e capital.

O Caráter é o devedor cumprir a promessa de pagamento a tomadora de crédito, ou seja, ao banco ou cooperativa. A Capacidade é o potencial que o cliente possui de sanar o crédito adquirido. O Capital são os recursos que o tomador possui. Conglomerado são os controles, os vínculos que possui com a tomadora de crédito. E, por fim, o Capital é o montante de ativos e recursos disponíveis no momento da aquisição do financiamento.

Estes 5 C's do crédito tem como objetivo, nas análises de concessão do crédito ao produtor rural, minimizar o risco, com a aplicação de práticas preventivas para evitar a inadimplência. No entanto, para Gitman (2004) esta análise dos C's do crédito não produz uma decisão específica da aceitação ou rejeição da prestadora perante o cliente, tendo em

vista que há a necessidade de haver garantias para que haja a liberação do crédito, que é evitar que fatores imprevisíveis possam dificultar as contas da propriedade.

Xavier (2011) salienta que, o Banco Central do Brasil (BCB) no tocante a garantia, estabelece que os bancos comerciais, na realização de operações de crédito, devem exigir dos clientes garantias adequadas e suficientes para assegurar o retorno do capital aplicado, existindo várias maneiras de garantias, que podem ser, por exemplo: pessoais, como o aval, a fiança, o penhor, a hipoteca, a anticrese e a alienação fiduciária. A garantia pessoal é quando uma pessoa física assume a posição de avalista da conta, honrando o pagamento referente ao financiamento adquirido, sendo que, o avalista assume a responsabilidade de liquidar tal empréstimo. Estes empréstimos podem ter mais de um avalista, e todos eles possuem a mesma responsabilidade.

Portanto, quanto ao risco do crédito os bancos ou cooperativas sempre buscaram formas que de garantir de que tal empréstimo será quitado, Mesmo assim, apesar de a análise envolvida, ainda poderão ocorrer inadimplências, pois em boa parte das situações a inadimplência não está associada as prestadoras de crédito e sim do agricultor perante a administração de sua propriedade.

Blatt (1999) reforça que os instrumentos de análise utilizados na concessão de crédito são essenciais para que as prestadoras do crédito concedam financiamentos ao produtor rural com total segurança. É de suma importância para a instituição saber onde será aplicado o crédito solicitado pelo cliente, pois é fundamental analisar se a concessão é viável ou não.

Na aquisição de qualquer crédito disponível nas cooperativas ou instituições financeiras, há a possibilidade da ocorrência de riscos, riscos estes que comprometem muitas vezes a disponibilidade da liberação do mesmo aos produtores rurais. No risco, há a probabilidade de o concessor do crédito não receber do devedor. Nos bancos, os riscos são divididos em quatro grupos, que são: riscos do cliente ou risco intrínseco, riscos de operação, riscos de concentração e riscos da administração do crédito (BACEN, 1999).

Conforme Resolução do Banco Central do Brasil (1999) os riscos do crédito devem seguir os seguintes fatores: situação econômica financeira; grau de endividamento; capacidade de geração de resultados; fluxo de caixa; administração e qualidade dos controles; pontualidade e atrasos de pagamentos; contingência; e, setor da atividade econômica.

Para Securato (2007) a análise do crédito, realizada através dos riscos avaliados pelos bancos ou cooperativas de crédito para a liberação dos financiamentos, são importantes, e submetem o agricultor a perguntas pessoais das quais serão utilizadas juntamente com outros fatores para avaliar a capacidade financeira deste agricultor para a liberação ou não do

dinheiro. Ressalta-se que o risco pode estar presente em qualquer operação de crédito, pois existe a possibilidade de fatores adversos ocorrerem e inviabilizarem o cumprimento das obrigações do contrato.

Conforme Silva (2008) o risco está associado ao grau de incerteza, portanto, o risco está sempre vinculado com o retorno. O retorno pode ser determinado como um investimento que obteve rendimento durante determinado período, podendo ser calculado como retorno de um ativo isoladamente ou o retorno de uma carteira de ativos, tal retorno tem o objetivo de devolver ao caixa do produtor rural o dinheiro pago por determinado investimento, que retornará em lucros ao final do pagamento do financiamento. Deste modo, ao adquirir o financiamento, as prestadoras de crédito analisam o retorno, demonstrando ao cliente, agricultor, o retorno que tal investimento renderá em sua propriedade rural.

Portanto, os riscos podem ser controlados, desde que sejam bem monitorados pelas instituições financeiras, fazendo uso de suas ferramentas de auxílio para a identificação e minimização dos mesmos. A seguir será explanado sobre como a respeito da sustentabilidade financeira e a gestão nas propriedades rurais.

## **2.4 Sustentabilidade Financeira da Propriedade Rural**

Para que uma propriedade seja sustentável financeiramente, ela muitas vezes, precisa reduzir os gastos associados à atividade, além de gerar lucros para o produtor rural. Levando em conta que muitas vezes a falta de gestão correta da propriedade leva está a possuir diversos problemas financeiros, tendo em vista que a gestão é fundamental para o andamento da atividade no meio rural. Assim, Marion (2005) salienta que a propriedade rural pode ser considerada como uma empresa, ou seja, empresa Rural é aquela que explora a capacidade produtiva do solo por meio do cultivo da terra, da criação de animais e da transformação de determinados produtos agrícolas.

Lembrando ainda que a agricultura no Brasil é uma atividade que requer recursos financeiros, para auxiliar no seu desenvolvimento. Segundo Araújo, Barros e Almeida (2001) o atual estágio de desenvolvimento da agricultura brasileira passou a exigir que a atividade produtiva passe muitas vezes por ser financiada através de uma combinação de recursos próprios dos produtores, ou seja, o autofinanciamento, e juntamente com isto as captações junto ao mercado financeiro. Tendo em vista que o agricultor precisa se manter viável com os bens que possui, a sustentabilidade da propriedade rural torna-se um desafio nos tempos contemporâneos.

Para Savitz e Weber (2006), a sustentabilidade financeira pode ser considerada um modelo de gestão, abrangendo o desenvolvimento das atividades produtivas. O planejamento, por exemplo, poderá ajudar as famílias produtoras a manterem-se em suas propriedades, planejando e projetando mesmas atividades para que seja mais eficiente, definindo assim as etapas produtivas que a propriedade realizará, para que obtenha um melhor desempenho. Porém, existem fatores externos que podem afetar a sustentabilidade da propriedade. A renda familiar dos agricultores se dá pela venda de seus produtos ao mercado, onde este é quem define o preço. O agricultor na maior parte das vezes necessita ter produção que gere o mínimo de rentabilidade, além disso, deve ter produtos de qualidade, preço competitivo no mercado, etc.

Com o mercado extremamente competitivo, os grandes e médios produtores rurais acabam tendo mais facilidade de competir no mercado comparado com pequenas propriedades, que não tem tanto acesso a novas tecnologias. Isso posto, os pequenos produtores rurais necessitam, na maioria das vezes de acesso a recursos financeiros para honrar compromissos, e manter a sustentabilidade econômico financeira e até a própria sobrevivência no meio rural. Para que esses pequenos produtores, denominados como agricultores familiares, se mantenham no meio rural, é necessário uma gestão da propriedade rural, mantendo-as viáveis econômica e financeiramente.

Segundo Savitz e Weber (2006), a vasta diversidade de produção, contribui para a viabilidade econômica da propriedade. A diversificação torna a propriedade sustentável, e ajuda na melhoria do padrão de vida dos seus proprietários. Além dessa diversidade de produção, nos dias de hoje, muitos dos pequenos produtores são pluriativos, isso significa que, além da produção agrícola, possui uma renda não agrícola. Essas mudanças desenvolvem uma nova percepção sobre a sustentabilidade em si, transformando a propriedade em um local que serve para diversas funções, e não só como um local que precise gerar renda.

Ainda segundo Marion (2005) o produtor rural é o próprio administrador de sua propriedade, e tem como tarefa fundamental planejar e organizar a mesma. Tendo em vista, que precisa estar ciente de como está sua propriedade, ou seja, a rentabilidade da atividade. Com o desenvolvimento da agricultura, a necessidade de uma atualização é fundamental e usar de métodos práticos como a informática, por exemplo, para a realização da gestão rural se torna algo indispensável nos dias de hoje.

A seguir uma breve explanação da importância da contabilidade rural e suas demonstrações contábeis.

## 2.5 A contabilidade Rural e as Demonstrações Contábeis

A contabilidade rural é de suma importância na vida dos agricultores, tanto para os pequenos quanto para os grandes produtores rurais. A contabilidade é um auxílio para a organização da entrada e saída da parte financeira da propriedade. O reconhecimento desta ferramenta nas propriedades rurais ainda é pouco utilizada. O autor na sequência explica a dependência do agricultor ao mercado:

Assim, na situação atual de vinculação e dependência do agricultor em relação ao mercado, torna-se indispensável aos produtores rurais o conhecimento aprofundado de seu negócio, a agricultura. Para tanto, deve o produtor estar bem informado sobre as condições de mercado para os produtores agrícolas, bem como conhecer as condições dos recursos naturais de seu estabelecimento rural. Pelo conhecimento do que está ocorrendo no mercado, o agricultor pode escolher o tipo de atividade que deve desenvolver (CREPALDI, 2006, p. 24).

A Contabilidade, segundo Ulrich (2009), se caracteriza como sendo a ciência que estuda e controla o patrimônio. Portanto, o objeto da contabilidade é o patrimônio. Pode-se dizer que a Contabilidade é um método utilizado para registrar todas as transações, inclusive de uma empresa rural, tendo um importante papel na gestão das empresas. Por meio dela os gestores podem tomar decisões e analisar o empreendimento, pois esta se divide em várias áreas de atuação e ser de grande utilidade ao produtor rural.

Há diversas finalidades para as demonstrações contábeis, como o Balanço Patrimonial, o Demonstrativo do Resultado do Exercício e o Fluxo de Caixa. De acordo com Crepaldi (2006), algumas dessas finalidades são: Medir o desempenho econômico-financeiro da empresa e de cada atividade produtiva individualmente; Controlar transações financeiras; Apoiar as tomadas de decisões no planejamento da produção, das vendas e dos investimentos; Auxiliar as projeções de fluxos de caixa e necessidade de crédito; entre outras.

Para Medeiros (2008), além de registrar os fatos econômicos financeiros que ocorrem dentro da propriedade rural, a contabilidade ainda objetiva administrar a mesma. As finalidades da contabilidade são: controlar o patrimônio, apurar o resultado, e prestar as informações necessárias para a gestão rural. A contabilidade é um instrumento fundamental de apoio de tomada de decisões para o produtor rural.

Ulrich (2009) salienta que a contabilidade rural é pouco utilizada no Brasil, pois ainda não é hábito dos produtores rurais colocarem discriminadamente os dados no papel, pois a gestão ainda é feita de modo antigo.

As demonstrações contábeis são ferramentas de grande importância para identificar a situação econômica e financeira de uma propriedade rural, sendo útil, inclusive para realizar uma análise quantitativa de crédito, através de modelos de análise de crédito, para a aquisição de créditos agrícolas nas prestadoras de créditos. A partir das demonstrações contábeis origina-se os indicadores econômico-financeiro. Dentre estes indicadores pode-se citar: o índice de liquidez, atividade, endividamento, rentabilidade.

O índice de liquidez é um índice que indica a capacidade de pagamento da propriedade rural, ou a capacidade da mesma de gerar fundos. A liquidez é subdividida em: liquidez corrente; liquidez seca; liquidez imediata e liquidez geral.

A liquidez corrente, de acordo com Santos (2011), é determina quanto à empresa dispõe de disponibilidades financeiras, contas a receber e estoques, para pagar suas obrigações de curto prazo em um momento específico. A análise desta liquidez indica que ao se igualar significa que está “empatando recursos”, para ser satisfatória deve ser superior a 1, pois significa que para cada R\$ 1,00 de dívida a empresa possui mais de R\$ 1,00 no ativo. Índice de liquidez corrente mostra capacidade de pagamento a curto prazo. Não revela a qualidade dos itens no ativo circulante, se estoques estão superavaliados, obsoletos, títulos a receber, recebíveis. Não revela a sincronização entre recebimentos e pagamentos, se ocorrerão em tempo recebimentos para pagar dívidas vincendas (MARION, 2012).

O índice de liquidez seca exclui o estoque, logo, por exemplo se a empresa sofresse paralisação de vendas, o estoque se tornasse obsoleto, verifica-se as chances de pagar dívidas com disponível e duplicatas a receber (MARION, 2012). A liquidez seca revela capacidade financeira líquida para cumprir os compromissos de curto prazo, quanto possui de ativo circulante líquido para cada R\$ 1,00 do passivo circulante. Quanto maior, melhor. Interpretação direcionada a verificar se este é suficiente para saldar os compromissos de curto prazo (RIBEIRO, 2014).

A liquidez imediata mede o quanto a empresa possui de recursos imediatos, para cumprir com suas obrigações de curto prazo e mede a parcela das dívidas de curto prazo que podem ser pagas mediante valores relativos a caixa e equivalentes de caixa. Evidencia porcentagem das dívidas a curto prazo em condições de liquidadas (ASSAF NETO, 2015).

Já a liquidez geral, indica o quanto a propriedade possui de bens e recursos disponíveis para longo prazo. Segundo Silva (2008, p. 198) “este índice tem basicamente a função de apresentar a capacidade da empresa de liquidar suas obrigações com adimplência, em suma, quanto maior o resultado, melhor será a análise do crédito”. O índice de liquidez geral mostra capacidade de pagamento a longo prazo. Relaciona-se o que converterá em dinheiro a curto e

longo prazo com o que assumiu como dívida a curto e longo prazo. Interpretação: para R\$ 1,00 de capital de terceiros, há R\$ X de ativo circulante e realizável a longo prazo (MARION, 2012).

Por fim, os índices de liquidez são indicadores que servem como um instrumento para a análise do crédito, informando a capacidade que a mesma possui de cumprir com suas obrigações. Estes índices na maioria das vezes são analisados juntamente com os índices de endividamento para melhor entender a situação econômica atual da propriedade rural, tendo em vista que somente estes não são suficientes ainda para a conclusão da análise do crédito. A seguir quadro resumo do índice de liquidez.

Quadro 1 - Resumo do Índice de Liquidez

ÍNDICE	FÓRMULA	INDICA
Liquidez Total	$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$	Representa quantos reais a empresa dispõe de realizáveis (a curto e longo prazo) para cobrir cada real de dívidas contraídas (a curto e longo prazo), considerando o estoque.
Liquidez Corrente	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	Representa que para cada real de dívida, deverá haver no mínimo o equivalente no ativo circulante para quitarmos as obrigações.
Liquidez Seca	$\frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$	Representa que para cada real de dívida, deverá haver no mínimo o equivalente no ativo circulante, sem considerarmos os estoques, ou seja, para pagarmos as dívidas não precisaremos vender o estoque a preço de custo ou na hipótese de não conseguir vender nada.

Fonte: Adaptado de Gitman (2010).

No que se refere à atividade destaca os seguintes índices: Giro de estoques, prazo médio de recebimento e prazo médio de pagamento. Pelo resultado do Giro de estoque, é possível verificar se a empresa tem agilidade em renovar seus estoques e, conseqüentemente, se ela consegue gerar receita com rapidez pela venda de suas mercadorias. O prazo médio de pagamento a fornecedores significa tempo gasto para pagamento de compras a prazo. Os fornecedores incluem os impostos incidentes, enquanto as compras, não. Alternativa, buscar tais informações na demonstração do valor adicionado, quando disponível (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2018). O prazo médio de pagamento de compras indica quantos dias tarda para pagar compras (MARION, 2012). Prazo médio de pagamento a fornecedores determina o tempo que demora em pagar compras (ASSAF NETO, 2015).

Quadro 2 - Resumo do Índice de Atividade

ÍNDICE	FÓRMULA	INDICA
Giro de estoques	$\frac{\text{Custos produtos vendidos}}{\text{Estoque}}$	Por esse cálculo, é possível verificar se a empresa tem agilidade em renovar seus estoques e, conseqüentemente, se ela consegue gerar receita com rapidez pela venda de suas mercadorias ou produtos.
Prazo médio de recebimento	$\frac{\text{Contas a receber}}{\text{Vendas diárias médias}}$	Esse prazo equivale ao período de tempo desde a venda das mercadorias até o seu respectivo recebimento por parte dos clientes. Em outras palavras, revela o período médio de crédito concedido aos clientes com vendas a prazo.
Prazo médio de pagamento	$\frac{\text{Contas a pagar}}{\text{Compras diárias médias}}$	Período compreendido desde a compra de mercadorias do fornecedor até o seu pagamento. Pode ser interpretado também como o crédito concedido pelos fornecedores por meio de vendas a prazo de mercadorias.

Fonte: Adaptado de Gitman (2010).

A situação de endividamento de uma empresa indica o montante de recursos de terceiros que está sendo usado, na tentativa de gerar lucros. No que se refere aos índices de endividamento destaca-se o endividamento Geral, o índice de Garantia do Capital próprio e o cobertura de Juros.

Dentre esses índices, o mais utilizado é o endividamento geral, que é a proporção de recursos de terceiros financiado juntamente com os recursos próprios, este indicar, tem como finalidade demonstrar a capacidade da empresa de adquirir ou não o financiamento. O Índice de Endividamento Geral mede a proporção dos ativos totais da empresa financiada pelos credores. Quanto maior for este índice, maior será o montante do capital de terceiros que vem sendo utilizado para gerar lucros. Por sua vez, o Índice de Garantia do Capital Próprio indica o percentual de capital próprio sobre o total de capital de terceiros. Por fim, o Índice de Cobertura de Juros mede a capacidade da empresa para realizar pagamentos de juros contratuais. Quanto maior for este índice, maior será a capacidade da empresa para liquidar suas obrigações de juros (GITMAN, 2010).

Contudo, “cada empreendimento possui uma composição diferente, e não existe”, conforme Iudícibus (2010, p. 99), regras fixas para analisar os índices de endividamento. Os riscos de cada propriedade são analisados através dos índices, e não pode se comparar uma com a outra, pois cada uma possui uma natureza diferente.

Quadro 3 - Resumo do Índice de Endividamento

ÍNDICE	FÓRMULA	INDICA
ENDIVIDAMENTO Endividamento Geral	$\frac{\text{Passivo exigível total}}{\text{Ativo Total}}$	O Índice de Endividamento Geral mede a proporção dos ativos totais da empresa financiada pelos credores. Quanto maior for este índice, maior será o montante do capital de terceiros que vem sendo utilizado para gerar lucros.
Índice de Garantia do Capital próprio	$\frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Passivo Circulante + ELP}}$	O Índice de Garantia do Capital Próprio indica o percentual de capital próprio sobre o total de capital de terceiros. Indica se a empresa tem uma boa garantia de capital próprio em relação ao capital de terceiros.
Cobertura de Juros	$\frac{\text{Lucro Operacional}}{\text{Despesas financeiras (Juros)}}$	O Índice de Cobertura de Juros mede a capacidade da empresa para realizar pagamentos de juros contratuais. Quanto maior for este índice, maior será a capacidade da empresa para liquidar suas obrigações de juros.

Fonte: Adaptado de Gitman (2010).

No que se refere à rentabilidade, destaca-se a margem bruta que mede a porcentagem que sobrou das vendas após a entidade ter pagado os impostos e o custo da mercadoria vendida. Evidencia a capacidade de a empresa cobrir seus custos de fabricação através do lucro bruto criado por ela. Pode-se dizer que quanto mais elevada for a margem bruta melhor será para a empresa. Por sua vez, a margem operacional mede a porcentagem que restou das vendas após a empresa ter pagado os impostos sobre as vendas, o custo da mercadoria vendida e as ainda despesas operacionais. Já, a margem operacional mede o que com frequência, se denomina lucro puro (GITMAN, 2010).

O lucro operacional é puro, pois ignora quaisquer receitas e/ou despesas não operacionais ou obrigações governamentais como Imposto de Renda e considera somente o lucro auferido pela própria operação da empresa, logo, quanto maior for esta margem operacional, melhor será para a empresa. A margem líquida mede a porcentagem que restou das vendas após a empresa ter pagado os impostos sobre vendas, o custo das mercadorias vendidas, as despesas operacionais e o Imposto de Renda Retido na Fonte, logo, quanto maior for a margem líquida da empresa, melhor (GITMAN, 2010). Destaca-se ainda, a taxa de retorno sobre os investimentos que indica quanto a empresa obtém de lucro para cada R\$ 100, do investimento total.

Quadro 4 - Resumo do Índice de Rentabilidade

ÍNDICE	FÓRMULA	INDICA
--------	---------	--------

Margem de lucro bruto	$\frac{\text{Lucro Bruto}}{\text{Vendas}}$	A margem bruta mede a porcentagem que restou das vendas após a empresa ter pagado os impostos sobre as vendas e o custo da mercadoria vendida. Demonstra a capacidade da empresa cobrir seus custos de fabricação através do lucro bruto gerado por ela. Quanto mais alta é a margem bruta, melhor é para a empresa.
Margem de lucro operacional	$\frac{\text{Lucro Operacional}}{\text{Vendas}}$	A margem operacional mede a porcentagem que restou das vendas após a empresa ter pagado os impostos sobre as vendas, o custo da mercadoria vendida e as despesas operacionais.
Margem de lucro Líquido	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas}}$	A margem líquida mede a porcentagem que restou das vendas após a empresa ter pagado os impostos sobre vendas, o custo das mercadorias vendidas, as despesas operacionais e o Imposto de Renda Retido na Fonte. Quanto maior for a margem líquida da empresa, melhor.
Taxa de Retorno sobre investimentos (TRI) ou Retorno do Ativo total (ROA)	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total}}$	Indica quanto a empresa obtém de lucro para cada R\$ 100, do investimento total.  Indica quanto a empresa obteve de lucro para cada R\$ 100,00 de Capital Próprio investido. Em outras palavras, indica a rentabilidade que a empresa propicia aos recursos investidos pelos seus acionistas.

Fonte: Adaptado de Gitman (2010).

Portanto, pode-se observar que a análise dos balanços tem como objetivo auxiliar o produtor rural a melhor gerenciar a sua propriedade rural. De acordo com Santos (2011), há uma maior dificuldade em analisar a pessoa física do que a jurídica, pois no caso dos produtores rurais, a maioria não possui demonstrativos contábeis, como nas empresas.

A seguir será explanada a metodologia utilizada para esta pesquisa.

### **3 METODOLOGIA**

A seguir apresenta-se a classificação da pesquisa, o procedimento para a coleta de dados, a metodologia do Balanço Perguntado e o procedimento para análise de dados da pesquisa.

#### **3.1 Classificação da Pesquisa**

A metodologia refere-se aos procedimentos que estão sendo utilizados no estudo, ao processo de desenvolvimento de uma determinada pesquisa, visando atingir seus objetivos específicos. No desenvolvimento da metodologia da pesquisa poderão ser utilizados instrumentos, que podem ser de vários tipos, dependendo da natureza das variáveis e da forma de coleta dos dados (BEUREN, 2013).

Diante da necessidade de definir um esboço da pesquisa, quanto aos objetivos da presente pesquisa, puderam-se verificar duas maneiras de classificar o estudo: exploratória, e descritiva. Esta pesquisa quanto aos tipos de pesquisa enquadra-se como exploratória, visto que conforme Gil (2008), este tipo de pesquisa têm como objetivo propiciar maior proximidade com o problema, com o propósito de torná-lo mais explícito para o investigador. Esta pesquisa tem como principal objetivo o aperfeiçoamento de ideias e intuições, sendo seu planejamento bastante flexível.

O estudo adotou ainda a pesquisa descritiva que conforme (GIL, 2008) tem como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, ainda, o estabelecimento de relações entre variáveis. Utilizou-se um questionário para obter dados do Balanço patrimonial perguntado (BPP) e Demonstrativo do Resultado Perguntado (DRP) e ainda como complementar a observação da investigadora. A pesquisa descritiva buscou estudar as características do grupo de agricultores do município de Catuípe buscando atingir o objetivo geral que é avaliar os fatores que interfere na gestão de crédito e na capacidade de pagamento através da análise de crédito pessoa física produtora rural. Destaca-se que as pesquisas descritivas são, simultaneamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática.

Quanto aos procedimentos esta pesquisa classifica-se como bibliográfica, de levantamento e estudo de multicasos. A pesquisa envolveu o levantamento bibliográfico de

autores da área temática investigada, sendo que tanto o levantamento bibliográfico quanto as entrevistas não estruturadas serviram para melhorar a análise e permitir a maior compreensão do assunto abordado.

Por sua vez, Gil (1999, p. 70) explica que as pesquisas de levantamento:

se caracterizam pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se a solicitação de informações a um grupo de pessoas acerca do problema estudado, para em seguida, mediante análise quantitativa, obter as conclusões correspondentes aos dados coletados.

Beuren (2013) destaca que a pesquisa de levantamento, pode ser utilizada quando envolver conceitos contábeis, por exemplo, pois levanta informações que podem ser úteis para estudos mais específicos ou mesmo mapear a realidade de determinada população ou amostra de empresas/propriedades rurais em relação a questões contábeis. Neste estudo utilizou-se conceitos contábeis como Balanço Patrimonial Perguntado (BPP), Demonstrativo do Resultado Perguntado, indicadores econômicos e financeiros.

Esta pesquisa é considerada um estudo de múltiplos casos porque consiste na busca de um conhecimento amplo e detalhado do objeto (GIL, 2010). Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, que tem como objetivo coletar dados que auxiliaram na pesquisa, para identificar variáveis que influenciam na inadimplência dos agricultores.

Quanto à abordagem do problema o estudo pode ser classificado como qualitativo e quantitativo. Richardson (1999, p. 80) menciona que “os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais”. A pesquisa quantitativa proporciona a maior utilização de dados, é voltada a estatística do caso, apresentando em forma de números e gráficos os resultados da pesquisa, é muito utilizada em pesquisas referentes a assuntos já conhecidos.

Por fim, esta pesquisa, também é qualitativa, pois, está ligada à qualidade dos dados obtidos, às possibilidades da sua obtenção e à maneira de sua utilização e análise e também objetiva analisar o comportamento das variáveis onde possibilita um entendimento e clareza do cenário vivido na agricultura. Uma pesquisa qualitativa refere-se, segundo Moreira (2002), como uma exploração das características dos indivíduos e dos cenários que é descrito.

### 3.2 Procedimento para a Coleta de Dados

Iniciou-se o estudo com a revisão bibliográfica buscando analisar as políticas públicas voltadas ao crédito para o produtor rural. Além disso, a coleta de dados prosseguiu com pesquisa bibliográfica em documentos, livros, artigos, voltados ao tema. Para a pesquisa de dados secundários, foram coletados dados estatísticos em sites como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Fundação Getúlio Vargas (FGV) dados, Fundação de Economia e Estatística (FEE/RS), entre outros. Na sequência buscou-se identificar variáveis macroeconômicas que podem influenciar o acesso ao crédito pelo produtor rural.

Um dos principais problemas relacionados a esta análise de crédito é a ausência dos relatórios contábeis na pessoa física produtora rural, foco deste estudo, como fonte básica para aplicação dos índices e coeficientes patrimoniais, estruturais, econômicos e financeiros. (FEIL, 2015). Sendo assim, utilizou-se a metodologia denominada de Balanço Patrimonial Perguntado (BPP) e a Demonstração do Resultado do Exercício Perguntado (DREP) (APÊNDICE A) que é utilizada para apurar os relatórios contábeis em propriedades rurais que não são obrigadas a manterem uma escrituração completa (CORREA; MATIAS; VICENTE, 2006). Conforme referidos autores as informações quantitativas do questionário foram previamente formulados para elaborar o BPP e a DREP em empresas de pequeno porte, como pequenas propriedades rurais, que não possuem contabilidade estabelecida e estruturada. O questionário dividiu-se em perguntas gerais e perguntas específicas da área financeira. Na aplicação desse questionário, Correa, Matias e Vicente (2006), foi possível obter as informações necessárias e suficientes para elaborar o BPP e a DREP que permitiram dar prosseguimento no estudo.

Na sequência buscou-se estruturar com base na metodologia desenvolvida por Feil (2015) e voltado a atender a análise de crédito pessoa física produtor rural uma planilha de *excel* destacando aspectos Estruturais, Financeiros e Econômicos e adaptados a propriedade rural. O modelo sugerido por Correa, Matias e Vicente (2006, p. 6-7) e Feil (2015) foi adaptado e posteriormente visando validá-la em 3 propriedades do município de Catuípe, que não possuem contabilidade estruturada, permitindo realizar a análise de crédito qualitativa na pessoa física produtor rural. A definição das três propriedades rurais que participaram do estudo se deu por conveniência e estarem dispostos a participar da pesquisa. Não se considerou o tamanho das propriedades, mas apenas a definição como produtores rurais

peças físicas. Além disso, o estudo realizou entrevistas não estruturadas visando entender o problema da inadimplência e da busca por crédito.

Sendo assim, conforme já salientado, depois de estruturados em planilhas de *excel* o material foi aplicado e a riqueza das informações buscadas e detalhadas auxiliou num maior conhecimento e numa possível resolução de problemas relacionados ao assunto estudado. Após a coleta dos dados estes foram tratados e analisados para facilitar a construção de um raciocínio conclusivo com base na formulação do problema de pesquisa. Por fim, buscou-se identificar as variáveis que influenciam a inadimplência do produtor rural e sugerir diretrizes/plano de ação.

Além da metodologia do Balanço perguntado foi realizada entrevista/conversa com produtores da região e orientada com o objetivo definido. A seguir apresenta-se resumidamente as etapas da pesquisa.

Quadro 5 - Passos e Etapas da Pesquisa

<b>PASSOS DA PESQUISA</b>	<b>ETAPAS DA PESQUISA</b>
1º passo	Mecanismos identificadores na Revisão de literatura;
2º passo	Análise e ajuste do questionário de Correa, Matias e Vicente (2006);
3º passo	Estruturação de planilhas <i>excel</i> com base na metodologia desenvolvida por Feil (2015);
4º passo	Aplicação das planilhas nas propriedades e entrevistas;
4º passo	Identificação das variáveis que influenciam acesso ao crédito e a inadimplência do produtor rural;
5º passo	Sugestão de diretrizes/plano de ação.

Fonte: Elaboração própria (2019).

Após a obtenção das informações acerca das propriedades, calcularam-se ainda os índices de liquidez, rentabilidade e endividamento, para melhor analisar e observar a capacidade financeira das propriedades rurais investigadas. Com isso pôde-se realizar a análise da capacidade de pagamento via análise aplicada à pessoa física. Destaca-se que para a foi realizada entrevista estruturada, que tem como propósito validar a planilha e, além disso, alimentá-la com dados quantitativos das propriedades analisadas. A seguir expõe-se a metodologia do Balanço perguntado.

### 3.2.1 A metodologia do Balanço Perguntado

A metodologia do balanço perguntado e das demonstrações contábeis é uma prática que teve início no Brasil nos anos 1990, adotada por analistas financeiros para elaborarem relatórios contábeis para pequenas empresas (FEIL, 2015). O balanço perguntado é uma ferramenta que poderá ser utilizada para realizar o levantamento da situação econômico-financeiro de uma propriedade rural. Esse balanço tem como objetivo levantar os dados da empresa e observar qual a real situação que a mesma se encontra.

Os produtores rurais são pessoas que exploram a terra, transformando-a em empresas rurais. As empresas rurais são as unidades produtivas de culturas agrícolas e pecuárias com a finalidade de geração de lucros (CREPALDI, 1998; MARION, 2010). No Brasil, as pessoas físicas rurais (produtores) se enquadram, em sua maioria, no médio e pequeno porte, porém, as propriedades que são obrigadas a manter a escrituração contábil são de grande porte e possuem constituição jurídica (MARION, 2010).

Nas propriedades rurais, a contabilidade é um auxílio, para atingir a maximização dos lucros, promovendo assim o controle das atividades. Os benefícios do controle contábil, nas propriedades rurais, pessoas físicas, são: demonstrar uma visão real da situação econômico-financeira, determinação do limite de crédito adequado a sua capacidade de pagamento (THOMAS et al., 2009). Devido ao pouco conhecimento da importância em utilizar os demonstrativos contábeis para as propriedades rurais, desenvolveu-se o balanço perguntado, onde se possibilita verificar a situação da empresa sob os diversos cenários que a mesma apresenta.

Por fim, através deste balanço perguntado podem-se evidenciar os aspectos da situação econômica e financeira de uma empresa, seja ela rural ou não, podendo assim, identificar fatores que possam vir a desencadear inadimplência na propriedade rural, tanto pela má administração, ou pela aquisição de créditos que a propriedade futuramente não teria a capacidade de sanar os mesmos.

### 3.3 Procedimento para Análise de Dados da Pesquisa

Os dados coletados quantitativos foram analisados juntamente com os dados bibliográficos coletados, e os dados da entrevista semiestruturada. Conforme salientado, a entrevista realizada com as famílias agricultoras proprietárias das propriedades investigadas teve como objetivo estruturar um Balanço Patrimonial Perguntado (BPP) e uma demonstração

Resultado Exercício Perguntado (DREP), com base na estrutura de (CORREA; MATIAS; VICENTE, 2006), para melhor analisar a estrutura de cada uma das propriedades rurais. No Quadro 6, apresenta-se a estrutura/etapas utilizada para obtenção dos dados.

Quadro 6 - Roteiro da Planilha e Etapas da Coleta e Análise dos Dados

Etapa 1	Dados produtor/propriedade
Etapa 2	Roteiro BP
Etapa 3	BP e DRE perguntado
Etapa 4	Indicadores Econômicos e financeiros
Etapa 5	Análise de crédito via liquidez, endividamento e rentabilidade
Etapa 6	Fator de Insolvência

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Sendo assim, a análise dos dados foi realizada de forma objetiva com base na apuração de cálculos e na comparação dos números e índices. A análise e interpretação dos dados indicaram a explicação, a interpretação dos dados e informações coletadas durante as entrevistas e tabulações que foram detalhados e coletados para uma observação e análise. Cabe ressaltar que a coleta das informações das propriedades e a análise dos documentos fornecidos pelos agricultores, possibilitaram a evidenciar relações entre agricultores, sistema financeiro e atividade rural, propiciando melhor entendimento do assunto proposto. Enfim, além disso, a estruturação de dados em forma de planilha em Excel teve a intenção de ter uma ferramenta de auxílio, para a pesquisadora e facilitar o estudo com produtores rurais, buscando auxiliá-los a sanar problemas referentes à administração da propriedade e capacidade de pagamento.

## **4 POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO CRÉDITO PARA O PRODUTOR RURAL E VARIÁVEIS QUE INFLUENCIAM O ACESSO AO CRÉDITO**

Apresenta-se a seguir um panorama das políticas públicas voltadas ao crédito para o produtor rural, destacando a legislação do crédito rural e as variáveis macroeconômicas que influenciam o acesso ao crédito, como os fatores climáticos, comerciais e mercadológicos.

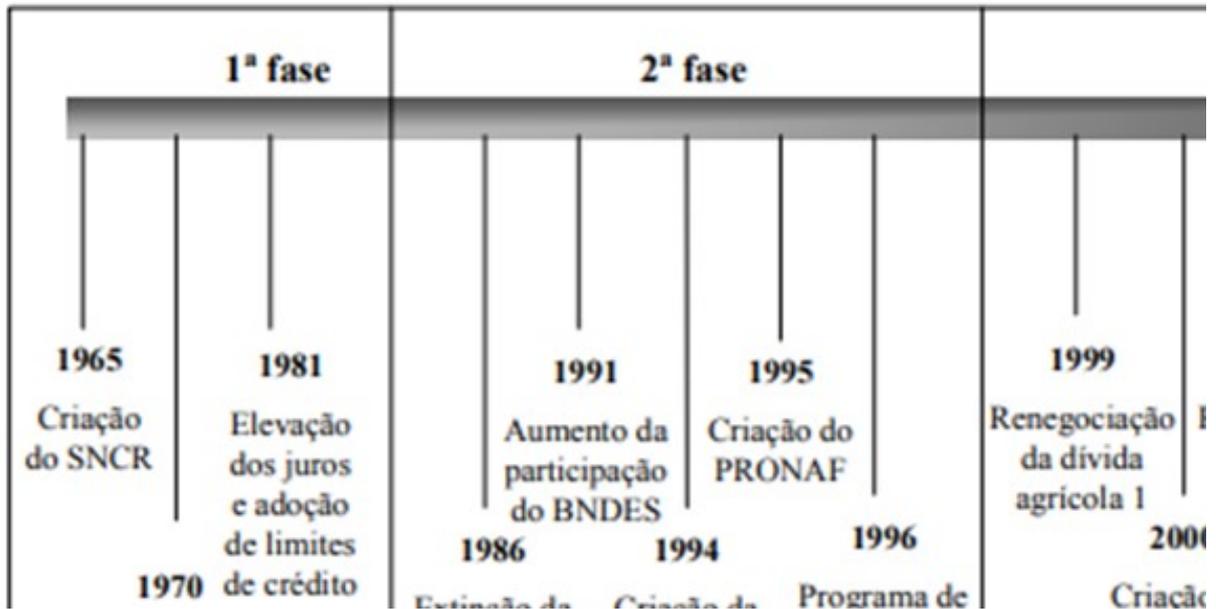
### **4.1 Considerações sobre as Políticas de Crédito Agrícola no Brasil**

As políticas de crédito são mecanismos para a concessão do crédito que segundo Costa (2008), levam em conta as condições do cliente de adquirir o crédito, as taxas de juros, o PIB, a taxa de câmbio, etc. Cabe salientar que as prestadoras de crédito utilizam o *score* de crédito, como uma ferramenta auxiliadora que analisa e torna mais fácil a tomada de decisão do banco, para a liberação do crédito solicitado. Este procedimento tem como objetivo avaliar o risco de crédito com base em modelos estatísticos, considerando diversas variáveis, tal como atribuir uma pontuação ao tomador. Levando em conta esta análise, observa-se se há a ocorrência do risco ou não para a liberação do mesmo. Os referidos autores salientam que:

As políticas de crédito, não podem ser confundidas com o risco do crédito. As políticas são instrumentos que determinam o padrão decisório para verificar as possíveis ocorrências do não pagamento. A política de crédito não deve se voltar ao risco excessivo em nome do aumento de lucratividade, por isso conduz ao campo da incerteza, em que não devem permanecer as operações de crédito. Devem, sim, apontar o grau de risco de cada perfil de clientes, para que o banco trabalhe dentro de um risco calculado (MIURA; DAVI, 2000, p. 48).

Sendo assim, a consolidação de uma política efetiva de crédito para a agricultura ocorreu em 1965 quando foram instituídas o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), “que tem a função de conduzir os financiamentos, as diretrizes das políticas creditícias, em consonância com a política de desenvolvimento agropecuário” (RAMOS; JUNIOR, 2010, p. 16). Para compreender essas políticas, e entender melhor a evolução do crédito agrícola no Brasil, apresentam-se as fases do crédito na ilustração abaixo.

Figura 1 - Principais Marcos Institucionais do Sistema de Crédito Agrícola no Brasil



Fonte: Almeida e Zylbersztajn (2008, p. 18).

A figura 1 busca sumarizar as três fases do crédito rural no Brasil, ilustrando os marcos principais do crédito. Destaca-se que entre os anos de 60 a 80, o estado intervia nas políticas de crédito agrícola, sendo que essas intervenções ocorriam devido às reformas estruturais da economia na época. Nesta primeira fase, o fluxo de recursos financeiros permitia estimular a produtividade segundo (MEYER et al., 1973 *apud* SPOLADOR, 2001).

As políticas de crédito sofreram mudanças significativas ao passar dos anos, sendo que a partir dos anos 70, quando iniciou a modernização da agricultura os investimentos voltaram-se para uma agricultura com mais recurso financeiros. Com esta modernização, os créditos agrícolas se tornaram mais atrativos, pois a aquisição de novos equipamentos para a agricultura, e os recursos de financiamentos para o plantio ajudaram a desenvolver a produtividade do agricultor.

Segundo Ramos e Junior (2010) a década de 70 foi marcada por fortes intervenções governamentais. Esse novo sistema objetivava proporcionar ao agricultor acesso a insumos para alavancar a produtividade. O aumento expressivo no volume de recursos tornou o crédito rural o principal instrumento de política agrícola da época. Porém, nos anos 80 com a falta de recursos, reduzindo o volume de crédito, desencadeou um processo inflacionário.

Segundo Almeida e Zylbersztajn (2008), o sistema de crédito já apresentava sistemas no final da década de 70, quando a crise fiscal decorre da dívida pública e o processo inflacionário acabou tendo que ser ajustado nas políticas agrícolas diminuindo os recursos

para financiamentos. Devido a essa crise macroeconômica instaurada, o governo precisou realinhar as linhas de crédito, criando a caderneta de poupança rural CPR.

Ainda, em 1970, a crise fiscal decorrente da dívida pública e o processo inflacionário, impuseram um ajuste nas políticas de crédito agrícola. Já, em 1980, com o descontrole da inflação e a crise do estado, começou então um processo de realinhamento das políticas agrícolas. No aspecto do crédito rural, de acordo com Ramos e Junior (2010, p. 24), “a estratégia foi buscar fontes não inflacionárias de financiamentos, reduzindo a participação do governo na concessão de financiamentos”.

A partir da década de 80 até a década de 90, ocorreu a retirada gradual da intervenção do estado, e iniciou a fase da cadeia agroindustrial. Nesta fase, segundo (ALMEIDA; ZYLBERSZTAJN, 2008), a agricultura passou a se desenvolver mais, com recursos de financiamentos de créditos, tendo em vista que o surgimento do PRONAF para a agricultura familiar foi um elo para o desenvolvimento no meio rural.

Ainda segundo Ramos e Junior (2010), em 1991, os bancos tiveram suas carteiras de aplicações agropecuárias fomentada, criando programas de incentivo para a agricultura, como o Programa de Incentivo ao Uso de Corretivos de Solos (PROSOLO), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), entre outros. Ressalta-se que no ano de 1994, o estado volta a ser um agente regulador, gerando recursos para o crédito rural, sendo instituída com a finalidade de ampliar a oferta de crédito e a capacitação de recurso, a caderneta de poupança rural (CPR), logo está se tornou a maior fonte de recursos para o crédito rural (RAMOS; JUNIOR 2010).

Em 2000, foram criadas mais 8 linhas de financiamentos, destinadas ao desenvolvimento da agricultura. Essa evolução das políticas agrícolas, tendo como finalidade impedir que a prestadora de crédito tenha riscos ao conceder o empréstimo. E demonstrar ao receptor, sua capacidade de pagamento de tal dívida formando uma rede de confiança ente ambos.

Na terceira fase, as prestadoras de créditos passaram a adotar critérios mais rígidos para a liberação do mesmo, devido a escassez de recursos. Ainda nesta última fase, no ano de 2004, foi criada a lei nº 11.076 que lançou novos títulos no agronegócio, demonstrando a evolução dos contratos e conseqüentemente tendo como objetivo o aumento da integração entre a agricultura e o mercado de capitais, proporcionando outra opção aos produtores os financiamentos e as renegociações de dívidas.

A partir dos anos 90, os bancos começaram a desenvolver várias linhas de crédito, linhas específicas para investimentos e para custeios. Nos anos de 2000 o sistema de créditos

passou por outra crise, tendo em vista segundo Ramos e Junior (2010), que neste período houve inúmeras renegociações de dívidas. Este endividamento acabou por acarretar deficiências na estrutura dos créditos rurais. Pode dizer que a inadimplência de produtores rurais iniciou em meados de 1990, quando a agricultura estava em forte declínio na rentabilidade de produção, para melhor entender essa inadimplência.

Busca-se abordar neste capítulo a respeito das variáveis macroeconômicas que acabam influenciando o crédito, como os fatores climáticos; fatores comerciais como taxa de juros, incertezas mercadológicas, falta de planejamento e etc., que impactam no endividamento do produtor rural. Segundo Arraes e Teles (1999), devido a esse declínio houve diminuição da oferta de crédito, tendo como impacto o crescimento da taxa de inadimplência de crédito rural. Ainda, segundo os autores, em 1994 a taxa era de 22,92%, em 1997 chegou a 55%.

Devido a estes fatores, os altos níveis de endividamento reduziram a liquidez do setor agrícola, fazendo assim com que muitos dos produtores rurais não honrassem com suas dívidas. Tendo em vista esse momento de inadimplência, desde 1994, o governo vem renegociando dívidas para auxiliar o produtor rural. Em 1994, foi criado o Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), onde a partir deste momento, as prestadoras de crédito ofereciam financiamentos a juros mais acessíveis, para que agricultor familiar pudesse se expandir, além de sanar dívidas com o mesmo. Nos anos 2000, o Programa de Reforma Agrária, também entram em ação com o intuito de gerar mais emprego e renda.

O PRONAF foi criado em 1996, com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável no segmento rural familiar. Segundo o Manual operacional do PRONAF, seu objetivo geral consiste em fortalecer a capacidade produtiva da agricultura familiar; contribuir para a geração de emprego e renda nas áreas rurais e melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares.

A modalidade denominada Financiamento da Produção, segundo Schneider, Mattei e Cazella (2004), comporta os recursos para custeio e investimentos, que está voltado ao apoio financeiro dos agricultores familiares. Além disso, o PRONAF possuía linhas de crédito voltadas a agricultura, e também era dividido em grupos, onde dependendo da produtividade e do rendimento é classificado em cada grupo diferente. Salienta-se que as renegociações de dívidas foram um processo político onde não foram consideradas as reais capacidades de pagamento do indivíduo, ou seja, o quanto da sua renda é suficiente para pagar tais dívidas, (TÁVORA, 2014).

A influência do declínio de produção, tanto de grãos, quando de alimentos, na agricultura, ocorreu por alguns fatores, como os climáticos, comerciais e as taxas de juros oferecidas nas prestadoras de crédito. Segundo Arraes e Teles (1999), as que mais influenciaram ainda foram as taxas de juros e as relações comerciais entre os países. Na década de 90, foi criada a CPR, para auxiliar o produtor na compra de equipamentos, pois os financiamentos oferecidos até então não eram específicos a produtores familiares, logo depois foram criadas diversas outras formas de auxílio, como o Pronaf.

A partir de 1995, o governo de Itamar Franco, segundo Coelho (2001) tentou resolver o endividamento através da securitização; que nada mais é do que dívidas de crédito rural; com novos instrumentos de política agrícola. Tendo em vista que nessa época buscava-se uma agricultura autossustentável, além de uma produção que ultrapassava os demais países, devido a uma vasta expansão territorial, o governo remanejou os financiamentos, destinando parte destes que eram do setor de produção para a agricultura e a indústria em 2008.

Observando este histórico, o produtor rural vem a cada ano adquirindo mais financiamentos junto às prestadoras, segundo o Manual do Crédito Rural (MCR, 2016), tanto os pequenos quanto grandes produtores rurais são atraídos pelas taxas de juros mais acessíveis oferecidas, buscando assim máquinas com maior capacidade de produção para aumentar a produção e minimizar o trabalho braçal, e também como auxílio para a compra de insumos agrícolas.

Salienta-se que a facilidade proposta pelos bancos de pagamento e parcelamento dos financiamentos acaba por vezes acarretando o endividando do produtor, pois, apesar de mais fácil e mais acessível os juros, a falta de planejamento faz com que os agricultores adquiram mais crédito, assim tornando difícil a gestão da propriedade e posteriormente a administração das dívidas contraídas. Segundo Alfonsin (2015), os produtores justificam a inadimplência apontando motivos como, vulnerabilidade das atividades agrícolas (as intempéries climáticas) e as incertezas mercadológicas. Além destes, também destacam a falta de um seguro agrícola mais abrangente. No estado do Rio Grande do Sul, segundo o autor, os produtores ainda destacam que o valor destinado a estes financiamentos é razoável, considerando que poderia ser muito mais alto.

Além disso, também a uma parcela de agricultores que apontam o não cumprimento das dívidas devido a altos preços nos insumos, o preço do produto baixo, não condizendo com os custos de produção. Segundo este autor, os problemas que mais se destacam são os econômicos e climáticos, porém, ele ainda destaca que a falta de um planejamento a médio e longo prazo perante o produtor rural também influencia no não cumprimento de suas dívidas.

Outro fator, que influencia a inadimplência, e é de grande valia, é a falta de informação do produtor em adquirir estes financiamentos, induzido por falta de controle dos próprios gastos e receitas. Tendo em vista que, os produtores também financiam valores junto às prestadoras de crédito, e destinam a outros objetivos e não precisamente a lavoura. Ressalta-se que a securitização da dívida rural surgiu a partir da liberalização dos financiamentos, esse termo segundo Uqbar (2009) é um processo onde determinado ativo é praticamente inegociável, é transformado em um título imobiliário negociável no mercado financeiro, onde este apresenta maior liquidez. Em suma, é tornar mais fácil a renegociação dos recursos (dinheiro\ renda) do produtor, para que seja administrada a inadimplência. Essa securitização foi a solução que o governo de Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, achou de sanar as inadimplências dos produtores na década de 90. O maior processador de renegociação das dívidas segundo (MELO; FILHO, 2017) foi o programa especial de saneamento de ativos (PESA).

A renegociação ainda teve alguns problemas, pois apenas uma parcela de produtores rurais foi beneficiada, logo os pequenos produtores acabaram sendo deixados de lado. Isso ocorreu porque este processo não calculou a real situação do produtor em conseguir quitar suas dívidas. Após a crise econômica de 2008, ressurgiu o interesse de se investir nas renegociações das dívidas dos produtores. Essa nova renegociação então se preocupa com todos os produtores, levando em conta os riscos do crédito, as políticas e etc., citados no capítulo anterior. Por sua vez, em relação a legislação do crédito rural destaca-se uma lei na qual definiu as condições de criação da instituição Crédito Agrícola Mútuo e das organizações, nomeadamente as Caixas de Crédito Agrícola Mútuo (CCAM), que era um modelo misto privado, cooperativa e estado.

Em seguida, a Lei nº 225, de 30 de junho de 1914, foi criada para agregar na lei de 1911, criando mais responsabilidade ao capital social; e, além disso, alterou os prazos dos empréstimos, passando de um ano para até 15 anos, não prorrogável. Já o Decreto nº 9.790, de 7 de Junho de 1924, aumentou as taxas de juros dos depósitos de clientes para até 6% ao ano e as dos empréstimos para 8% ao ano, para qualquer prazo. Decreto nº 13.734, de 6 de Junho de 1927 teve a finalidade de estender os empréstimos para a compra de lotes de terra e ao emparcelamento. Por sua vez, o Decreto-Lei nº 41.403, de 27 de novembro de 1957 surgiu para reestruturação e regulamentação do sistema bancário. A partir de 1991, entrou em vigor um novo Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, aprovado pelo Decreto-Lei nº 24/91 de 11 de Janeiro, onde foi criado um novo sistema.

Por fim, Santos (2011) destaca que com o passar dos anos, e com os decretos de lei, que vieram a melhorar o acesso ao crédito e a disponibilidade do mesmo para o agricultor, o crédito agrícola aumentou entre os agricultores, pois se tornaram mais fácil os investimentos e as melhorias. A seguir apresentam-se as variáveis macroeconômicas que mais influenciam o acesso ao crédito pelo produtor rural.

## **4.2 Variáveis Macroeconômicas que Influenciam o Acesso ao Crédito pelo Produtor**

As Políticas públicas voltadas ao meio rural e as variáveis macroeconômicas tem forte influência sobre o crédito rural no Brasil. Esse impacto reflete diretamente na agricultura trazendo preocupações tanto aos agricultores quanto as prestadoras de crédito. A seguir será explanado a respeito das variáveis macroeconômicas que influenciam no acesso ao crédito rural e conseqüentemente na possível inadimplência. Dentre estas variáveis destaca-se os fatores climáticos e comerciais, taxas de juros, e as incertezas mercadológicas e por fim, o Produto Interno Bruto (PIB) e a taxa de câmbio.

### **4.2.1 Fatores Climáticos e Comerciais**

As mudanças climáticas é um dos desafios que os agricultores precisam enfrentar no desenvolvimento das suas atividades, lembrando que a produção se dá em função de incertezas, como: a falta ou excesso de chuva, calor, frio, temporais, chuvas de pedras, etc. sendo que esses fenômenos climáticos alteram a qualidade e a eficiência do produto final a ser oferecido no mercado ou mesmo consumido pela família agricultora.

Ressalta-se que as mudanças climáticas correspondem a todas as formas de alteração do clima médio de uma determinada região, independentemente da sua natureza estatística, escala temporal ou causas físicas. Segundo Campos (2011), nos últimos anos vem se ressaltando o aquecimento global, que poderá contribuir para identificação das alterações climáticas em nível regional. Além disso, destaca também que, essas variações climáticas acabam influenciando de forma direta na disponibilidade de água no solo, tendo como problemas o *El Niño* e a *La Niña*, por exemplo. A agricultura e a biodiversidade, segundo a mesma autora, são muito vulneráveis as alterações climáticas, tendo em vista o comprometimento da produção alimentar.

Para Lima e Alves (2008), a agricultura tende a ser ainda mais vulnerável ao clima, já que o setor depende fortemente dos recursos naturais. No Estado do Rio Grande do Sul, a

vulnerabilidade pelos efeitos do *El Niño e da La Niña* (a chuva e a seca), podem ter perdas significativas nas safras, sendo que esses fatores que causam estragos no plantio e conseqüentemente na colheita prejudicando a produção, e por conseqüência a rentabilidade da lavoura/pecuária.

Além dos problemas climáticos, os fatores comerciais também influenciam na capacidade de pagamento do produtor rural. Os fatores comerciais aqui apresentados serão: as taxas de juros, as incertezas mercadológicas e a falta de planejamento a curto e longo prazo.

#### 4.2.2 Taxas de Juros e as Incertezas Mercadológicas

As altas taxas de juros praticadas no país nos últimos tempos, devido ao processo inflacionário, limitaram em boa parte do tempo o acesso ao mercado financeiro, na disponibilidade de crédito, e o produtor na aquisição e pagamento do mesmo. Essas taxas de juros se tornaram um entrave para o seguimento da produção rural, pois se sabe que tanto a aquisição de crédito, como seu pagamento será influenciado pelas taxas de juros praticadas no mercado.

A taxa Selic que é uma taxa de juros que influencia nas linhas de crédito agrícola e o crédito para investimento crédito destinado para a produção e comercialização apresentaram insignificante relação de curto prazo com o PIB nos últimos meses de 2019 (BACEN, 2018).

Sendo assim pode-se esperar que quando o crédito rural é injetado no setor primário, a produção agropecuária tende a crescer, aumentando o PIB e impulsionando a economia do país. Logo, tendo em vista as influencias que o crédito agrícola possui, pode-se observar que a Taxa de Juros também influencia diretamente neste setor, pois esta está relacionada diretamente com as concessões de crédito ao produtor. Segundo Carvalho e Silva (2008), quando a taxa de juros é muito elevada reduz o investimento, pois reduz a economia, este aumento faz com o produtor “desacelere”, para poder equilibrar suas contas. Apesar de as taxas de juros serem mais baixas que as normais para determinados financiamentos, e algumas fixas, ainda assim é impactante na economia e na atividade rural. Se o agricultor passar por safra não muito favorável, com um giro econômico restrito, e com as mesmas taxas de juros, acabará por restringir seus investimentos, correndo o risco do endividamento.

Por sua vez, as incertezas mercadológicas dizem respeito ao mercado interno e externo, tendo em vista as oportunidades e as ameaças que o mesmo apresenta. As incertezas mercadológicas começaram a surgir com as *commodities* segundo Long (1986). Essas

incertezas surgem ainda com a integração dos mercados internacionais, (FRIEDMANN, 1978).

Conforme o mercado demanda o produto, o agricultor oferta o mesmo, porém, o mercado é incerto, e acaba por sua vez impactando na renda do produtor. Os investimentos adquiridos para a produção são altos, e os preços praticados nos mercados nem sempre satisfazem a rentabilidade básica do produtor, lembrando que o produtor rural está sempre em busca de novas oportunidades para aumentar sua renda, levando em conta isso, o mesmo busca fornecer ao mercado aquilo que é demandado, segundo Waquial, Miele e Schultz (2010). No estado do Rio Grande do Sul, a forte cultura de grão como a soja, milho e o trigo, a bacia leiteira, entre outras culturas, veem crescendo a vontade do produtor de produzir mais, investir no seu negócio.

Tendo em vista todos os fatores que influenciam no plantio e cultivo da lavoura, pode-se observar que o produtor rural precisa estar muito bem estruturado, pois qualquer alteração no ciclo normal do plantio gera consequências enormes. E como a renda do mesmo depende de uma boa produtividade e, além disso, de um preço de venda ainda mais atrativo, os fatores descritos acima são de suma importância.

#### 4.2.3 O PIB e a Taxa de Câmbio

O PIB agropecuário é a soma de todos os bens e serviços, ele é calculado trimestralmente pelo IBGE. O PIB influencia diretamente no crédito agrícola (CUNHA, 2015), pois é um instrumento de controle e avaliação da economia, pois o risco dos empréstimos pode ser baixo ou alto dependendo da disponibilidade do produtor sanar o mesmo, por isso a avaliação econômica dos bens é realizada. Quando o PIB está em crescimento, ou seja, há mais renda, a economia poderá estar mais acelerada, sendo assim a disponibilidade de crédito poderá ser maior, e a capacidade de pagamento do produtor rural também melhora. Já ao contrário, com uma economia em recessão, pouca renda disponível, acaba restringindo a disponibilidade dos bancos realizarem empréstimos, pois a pouca renda disponível, sendo assim o produtor também sofre com o impacto negativo em suas atividades. Pode-se observar ainda segundo Melo e Filho (2017), que as variáveis de crédito para comercialização, como crédito de custeio que apresenta significativa relação de curto prazo no PIB agropecuário.

Outro fator que influencia na concessão de crédito agrícola é a taxa de câmbio, que além de estarem fortemente ligadas às taxas de juros, é ela quem muitas vezes, define o preço

final ao consumidor. O Câmbio segundo Almeida e Bacha (1999), é quem define o preço do produto, fazendo a economia girar mais ou menos. A taxa de câmbio influencia a demanda e oferta de produtos no mercado internacional, conseqüentemente a balança comercial do País, o que está diretamente vinculada ao PIB. Salienta-se que a economia está internacionalizada e a taxa de câmbio passou a ser uma variável de grande importância para a atividade rural.

Por fim, pode dizer que variáveis como os fatores climáticos e comerciais, as taxas de juros e as incertezas Mercadológicas e o PIB e a Taxa de Câmbio influenciam direta e indiretamente o meio rural, visto que essas variáveis estão conectadas a economia como um todo.

## **5 ANÁLISE DE CRÉDITO DE PESSOA FÍSICA PRODUTOR RURAL ESTRUTURADO COM BASE NO BPP E DREP – APLICAÇÃO PRÁTICA**

A competitividade já é algo inerente à atividade agrícola, sendo que os agricultores precisam adequar-se para fixar níveis de estratégias de produção visando o desenvolvimento da propriedade e maior lucratividade (SOUZA, 2011). Tendo em vista que a competitividade é importante para o desenvolvimento da agricultura, alguns fatores microeconômicos podem interferir neste contexto como, por exemplo, o valor da produção; a produtividade; os preços médios; a área colhida entre outros.

Souza (2011) reforça que para a agricultura familiar de pequena escala, o mercado pode ser um pouco mais agressivo, sendo assim, o pequeno produtor precisa se adequar as exigências do mercado, o que pode até mesmo tornar o negócio inviável. Portanto, a partir de observações nas propriedades investigadas, entrevistas e aplicação da planilha organizada para tal fim, foi possível aplicar e validar o instrumento de pesquisa. A seguir apresentam-se os resultados da pesquisa aplicada em 3 (três) propriedades do município de Catuípe/RS.

### **5.1 Apresentação e Análise dos Resultados**

Sabe-se que o crédito é de suma importância para a agricultura, sendo que este tem como finalidade atender a diversas necessidades econômicas e sociais, tais como: a) financiamento às pessoas físicas assalariadas e/ou agrícolas (compra de bens, reforma de imóveis, gastos com saúde, educação, lazer, insumos, entre outros); e b) financiamento às empresas (aquisição de matéria-prima, máquinas e equipamentos, ampliação da indústria, entre outras necessidades). Tendo em vista, que apesar dos benefícios que o mesmo proporciona principalmente ao pequeno produtor, o crédito pode tornar-se uma “dificuldade”, quando não é bem administrado (SILVA, 2008; SANTOS, 2011).

Assim, a análise de crédito pode ser definida como um processo de averiguação na intenção de identificar a capacidade de pagamento e idoneidade do futuro devedor. Haja vista, que o foco das análises pode ser verificado por meio das demonstrações contábeis o que permite identificar a situação financeira do produtor, podendo ainda, ser usado para tomada de decisões no momento da liberação do crédito para pessoa física produtor rural (SANTOS, 2011). Cabe salientar que as propriedades rurais que realmente possuem escrituração contábil

pertencem ao porte médio e grande, ou seja, são aquelas que possuem constituição jurídica. (MARION, 2010). Sendo que, a contabilidade nas empresas rurais pode auxiliar na análise e compreensão da situação atual em que a mesma se encontra.

Reforça-se que os dados coletados com base nas entrevistas estruturadas foram tabulados com o auxílio de planilhas eletrônicas (*Software Microsoft Office Excel 2010*), pois com a utilização deste software foi possível melhor analisar os dados e as informações coletadas, assim como melhor visualização dos resultados. As unidades de análise da pesquisa abrangem 3 (três) produtores rurais localizados no município de Catuípe/RS e as identidades dos produtores não foram reveladas, pois optou-se por não expor a situação econômico-financeira da propriedade, sendo assim, identificou-se os produtores rurais por meio das letras “A”, “B” e “C”.

Neste item buscou-se realizar a apuração dos dados coletados e análise dos índices das 3 (três) propriedades, por meio das demonstrações contábeis desenvolvido por Correa, Matias e Vicente (2006), conforme já salientado no item da metodologia. Na pesquisa, levantaram-se informações necessárias para as análises mencionadas, sendo que com esta técnica utilizada permitiu-se obter informações que compreendam dados referentes aos ativos, passivos, receitas, despesas, custos, geração de caixa, entre outros. Os resultados estruturados são apresentados no Balanço Patrimonial Perguntado (BPP) e Demonstração do Resultado do Exercício Perguntado (DREP) para o 4º (quarto) trimestre de 2018. Na sequência apresentam-se as informações em forma de tabelas e na seguinte ordem:

- Características operacionais dos produtores;
- Patrimonial dos produtores investigados – Ativo;
- Balanço Patrimonial dos produtores investigados – Passivo;
- DRE dos produtores rurais investigados;
- Análise dos índices econômicos financeiros dos produtores investigados;
- Fator de insolvência dos produtores investigados;
- Análise de crédito por meio da prática da pessoa física.

As propriedades rurais observadas neste estudo possuem áreas diferentes; de 36, 100 e 90 hectares, respectivamente, sendo que as atividades produzidas nas propriedades são predominantemente leite e soja. Constatou-se que boa parte das terras e/ou propriedade veio da sucessão familiar por meio de herança, sendo que o produtor “A” adquiriu com seu próprio trabalho através de contrato de compra, e os demais via sucessão.

Pode-se observar na Tabela 1, que o tempo em que os produtores rurais exercem a atividade é variado entre 15 e 30 anos e com auxílio de pessoas na atividade. Para as

atividades e os produtos produzidos mencionados foram considerados mais de 80% do total da receita. No que se refere às pessoas que trabalham na atividade observou-se que na sua maioria são os proprietários ou membros da própria família. Por sua vez, a renda é o número de dias do recebimento do pagamento das empresas conveniadas as quais compram regularmente a produção da propriedade.

Tabela 1 - Características Operacionais dos Produtores

	<b>Produtor “A”</b>	<b>Produtor “B”</b>	<b>Produtor “C”</b>
Atividade principal	Soja	Leite	Soja
Produto Principal	Leite	Leite	Soja
Tempo que exerce a atividade	30	15	20
Pessoas trabalham na atividade	4	2	2
Nº de dias para recebimento da renda	30 a 180	30	180

Fonte: Elaborada pela autora (2019).

Salienta-se ainda que os produtores “B” e “C” possuem outra renda e atividade além da propriedade rural, portanto, são considerados pluriativos, sendo considerados com esta denominação aqueles que combinam a atividade agrícola com a não-agrícola, tendo em vista que estes veem a propriedade como uma renda extra, ou vice-versa. (SCHNEIDER, 2007).

Por sua vez, os produtores “A” e “C” precisam esperar o ciclo do plantio, ou seja, plantar, colher e vender o produto, para gerar renda a propriedade, e por isso demoram mais a receber suas bonificações que é o lucro do plantio. Já o produtor “B” possui apenas produção leiteira na qual recebe mensalmente o valor do leite. Salienta-se que, neste caso, pode ficar refém de diversos fatores/problemas, tais como: pagamento atrasado, problemas com a qualidade do leite, animais doentes ou em período de não lactação, que podem interferir na produção e na receita final deste produtor.

Constatou-se ao longo da pesquisa que os produtores entrevistados não possuem o hábito de controlar seus gastos, ou não possuem nenhum tipo de contabilidade organizada. Assim, a contabilidade poderá proporcionar ao produtor a possibilidade de conhecer financeiramente a propriedade e planejar investimentos, sendo esta uma variável que poderá interferir no crédito, capacidade de pagamento e futuro endividamento.

Apresenta-se na sequência a estrutura das demonstrações contábeis relativas ao Balanço Patrimonial Perguntado (BPP) - Ativo (Tabela 2), conforme coleta dos dados por meio da planilha estruturada para coleta das informações e de entrevistas com o produtor. Os dados coletados correspondem ao valor dos bens, direitos e obrigações, bem como

informações relacionadas às características operacionais da atividade. As entrevistas foram aplicadas entre 10 de fevereiro a 10 de março de 2019 e os valores e informações coletadas referem-se ao exercício social do quarto trimestre de 2018 (outubro, novembro e dezembro).

Tabela 2 - Balanço Patrimonial Perguntado – Trimestral (Ativo)

Propriedade	“A”	“B”	“C”
<b>Total Ativo</b>	<b>2.842.774,00</b>	<b>5.253.200,00</b>	<b>7.280.950,00</b>
<b>1.1 Ativo Circulante</b>	<b>67.944,00</b>	<b>90.200,00</b>	<b>49.950,00</b>
<b>1.1.1 Disponibilidades</b>	<b>7.650,00</b>	<b>36.500,00</b>	<b>15.600,00</b>
1.1.1.1 Caixa	2.650,00	-	5.000,00
1.1.1.2 Banco conta corrente	3.000,00	27.000,00	2.800,00
1.1.1.3 Banco conta aplicação/Poupança	-	9.500,00	-
1.1.1.4 Conta a receber	2.000,00	-	7.800,00
<b>1.1.2 Estoque</b>	<b>60.294,00</b>	<b>53.700,00</b>	<b>34.350,00</b>
<b>1.1.2.1 Insumos</b>	<b>11.794,00</b>	<b>28.700,00</b>	<b>2.350,00</b>
1.1.2.1.1 Fertilizantes	-	-	-
1.1.2.1.2 Herbicidas	-	12.000,00	250,00
1.1.2.1.3 Sementes plantio	5.000,00	3.400,00	1.300,00
1.1.2.1.4 Ração em geral	6.794,00	5.200,00	800,00
1.1.2.1.5 Produtos agrícolas	-	8.100,00	-
<b>1.1.2.2 Produtos agrícolas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>800,00</b>
1.1.2.2.1 Milho	-	-	-
1.1.2.2.2 Fumo	-	-	-
1.1.2.2.3 Leite	-	-	800,00
<b>1.1.2.3 Rebanho em Formação</b>	<b>48.500,00</b>	<b>25.000,00</b>	<b>31.200,00</b>
1.1.2.3.1 Novilhos	40.000,00	22.000,00	30.000,00
1.1.2.3.2 Bezerros	5.000,00	3.000,00	1.200,00
1.1.2.3.3 Suínos	3.500,00	-	-
1.1.2.3.4 Frangos	-	-	-
<b>1.2 Ativo Não Circulante</b>	<b>2.774.830,00</b>	<b>5.163.000,00</b>	<b>7.231.000,00</b>
<b>1.2.1 Realizável a longo prazo</b>	<b>53.480,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>1.2.1.2 Imobilizado</b>	<b>2.721.350,00</b>	<b>5.163.000,00</b>	<b>7.231.000,00</b>
<b>1.2.1.2.1 Terras</b>	<b>1.344.000,00</b>	<b>4.500.000,00</b>	<b>7.000.000,00</b>
1.2.1.2.1.1 Área de terras	1.344.000,00	4.500.000,00	7.000.000,00
<b>1.2.1.3.2 Pastagens Formadas</b>	<b>105.000,00</b>	<b>40.000,00</b>	<b>5.000,00</b>
1.2.1.3.2.1 Grama (potreiro)	84.000,00	-	-
1.2.1.3.2.2 Pastagens	21.000,00	40.000,00	5.000,00
<b>1.2.1.3.3 Máquinas e Motores</b>	<b>1.104.000,00</b>	<b>310.000,00</b>	<b>48.000,00</b>
1.2.1.3.3.1 Picador de pasto	30.000,00	30.000,00	-

Continua...			
<b>Propriedade</b>	<b>“A”</b>	<b>“B”</b>	<b>“C”</b>
1.2.1.3.3.2 Ensiladeira	10.000,00	60.000,00	-
1.2.1.3.3.3 Trator	859.000,00	110.000,00	40.000,00
1.2.1.3.3.4 Colheitadeira	200.000,00	50.000,00	-
1.2.1.3.3.5 Carretão Caçamba	5.000,00	60.000,00	8.000,00
<b>1.2.1.3.4 Instalações</b>	<b>100.000,00</b>	<b>190.000,00</b>	<b>148.000,00</b>
1.2.1.3.4.1 Casa de Ordenha	-	30.000,00	30.000,00
1.2.1.3.4.2 Galpão Geral	50.000,00	-	70.000,00
1.2.1.3.4.3 Pocilga	-	-	-
1.2.1.3.4.4 Aviário	-	-	-
1.2.1.3.4.5 Arames e Piquetes	-	-	8.000,00
1.2.1.3.4.6 Casa da Sede	50.000,00	160.000,00	40.000,00
<b>1.2.1.3.5 Cultura para Formação</b>	<b>9.500,00</b>	-	-
1.2.1.3.5.1 Laranjal	500,00	-	-
1.2.1.3.5.3 Silvicultura	7.000,00	-	-
1.2.1.3.5.5 Nogueiras	2.000,00	-	-
<b>1.2.1.3.6 Rebanho</b>	<b>58.850,00</b>	<b>123.000,00</b>	<b>30.000,00</b>
1.2.1.3.6.1 Bovinos leiteiros	56.850,00	120.000,00	30.000,00
1.2.1.3.6.2 Touros	-	3.000,00	-
1.2.1.3.6.3 Ovelhas	2.000,00	-	-
1.2.1.3.6.4 Reprodutores	-	-	-

Fonte: Elaborada pela autora (2019).

Apresenta-se na sequência a estrutura das demonstrações contábeis relativas ao BPP – Passivo (Tabela 3), conforme coleta dos dados por meio da planilha estruturada para coleta das informações e de entrevistas com o produtor.

Tabela 3 - Balanço Patrimonial Perguntado – Trimestral (Passivo)

<b>Propriedade</b>	<b>“A”</b>	<b>“B”</b>	<b>“C”</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>2.842.774,00</b>	<b>5.253.200,00</b>	<b>7.280.950,00</b>
<b>2.1 Passivo Circulante</b>	<b>53.415,00</b>	<b>59.530,00</b>	<b>25.310,00</b>
<b>2.1.1 Fornecedores</b>	<b>19.050,00</b>	<b>15.200,00</b>	<b>3.700,00</b>
2.1.1.1 Fornecedor A	6.250,00	11.000,00	2.500,00
2.1.1.2 Fornecedor B	8.000,00	4.200,00	1.200,00
2.1.1.3 Fornecedor C	4.800,00	-	-
<b>2.1.2 Impostos a pagar</b>	<b>1.150,00</b>	<b>370,00</b>	<b>550,00</b>
2.1.2.1 Imposto Territorial Rural	300,00	170,00	350,00
2.1.2.2 IR a pagar	500,00	-	-

	Continua...		
<b>Propriedade</b>	<b>“A”</b>	<b>“B”</b>	<b>“C”</b>
2.1.2.3 IOF a pagar	350,00	200,00	200,00
<b>2.1.3 Salários a pagar</b>	<b>6.000,00</b>	-	<b>3.200,00</b>
2.1.3.1 Salários a pagar	6.000,00	-	3.200,00
<b>2.1.4 Diversos a pagar</b>	<b>27.215,00</b>	<b>43.960,00</b>	<b>17.860,00</b>
2.1.4.1 Seguros a pagar	-	50,00	180,00
2.1.4.2 Empréstimos a pagar	-	40.000,00	14.500,00
2.1.4.3 Cheque especial a pagar	-	-	-
2.1.4.4 Cartão de crédito a pagar	-	-	850,00
2.1.4.5 Telefone a pagar	150,00	50,00	130,00
2.1.4.6 Água a pagar	70,00	650,00	200,00
2.1.4.7 Internet a pagar	-	60,00	-
2.1.4.8 Outras contas a pagar	26.995,00	3.150,00	2.000,00
<b>2.2 Passivo Não Circulante</b>	<b>12.250,00</b>	<b>35.000,00</b>	<b>79.000,00</b>
<b>2.2.1 Fornecedores</b>	<b>12.250,00</b>	-	<b>9.000,00</b>
2.2.1.1 Fornecedor A	6.250,00	-	9.000,00
2.2.1.2 Fornecedor B	6.000,00	-	-
2.2.1.3 Fornecedor C	-	-	-
<b>2.2.2 Empréstimos a pagar</b>	-	<b>35.000,00</b>	<b>70.000,00</b>
2.2.2.1 Empréstimos BNDES	-	35.000,00	70.000,00
2.2.2.2 Empréstimos Microcrédito	-	-	-
<b>2.3 Patrimônio Líquido</b>	<b>2.777.109,00</b>	<b>5.158.670,00</b>	<b>7.167.640,00</b>
<b>2.3.1 Capital Social</b>	<b>2.757.163,00</b>	<b>5.148.174,00</b>	<b>7.162.440,00</b>
<b>2.3.2 Lucro líquido do exercício</b>	<b>19.946,00</b>	<b>10.496,00</b>	<b>25.000,00</b>

Fonte: Elaborada pela autora (2019).

Na apresentação do resultado do Balanço Patrimonial Perguntado (Tabelas 2 e 3), pode-se perceber que ocorre a demonstração da realidade em que a propriedade rural investigada encontra-se em termos financeiros. Podem-se observar, por intermédio das informações coletadas, que estas propriedades rurais possuem diferentes realidades, sendo que o produtor “B” possui disponibilidade, que é o dinheiro disponível para investimentos, de R\$ 36.500,00, e os demais inferior a este valor, tendo em vista que o produtor “B” não financia seus ativos e nem seu imobilizado.

Por sua vez, o produtor “C” possui uma dívida de R\$ 70.000,00, a qual compromete sua renda, pois observando o que não possui de renda disponível (dinheiro em caixa no momento), ocorre dificuldades para sanar tal empréstimo, adquirido no ano de 2018, tendo como término o ano de 2021. No entanto, segundo o produtor não há um comprometimento maior em seu imobilizado, tendo em vista que este considera a dívida “pagável”, pois segundo

ele poderá vender algum de seus bens. Já o produtor “A” não possui empréstimos, mas possui gastos com outros fatores, ou seja, pagamento de terras adquiridas, que comprometem sua renda.

Apresenta-se na sequência a estrutura das demonstrações contábeis relativas ao DRE (Tabela 4), que foi criado para observar os resultados gerais obtidos na propriedade rural entre os meses de outubro a dezembro de 2018, por meio do desenvolvimento das atividades rurais.

Tabela 4 - DRE Perguntado (01/10/18 a 31/12/2018)

<b>Propriedade</b>	<b>“A”</b>	<b>“B”</b>	<b>“C”</b>
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>43.500,00</b>	<b>48.000,00</b>	<b>45.000,00</b>
Receita Bruta Rural	43.500,00	48.000,00	45.000,00
<b>(-) Deduções da Receita Bruta</b>	<b>1.500,00</b>	<b>2.000,00</b>	<b>2.300,00</b>
(-) Impostos, devoluções e descontos	1.500,00	2.000,00	2.300,00
<b>(=) Receita Líquida Total</b>	<b>42.000,00</b>	<b>46.000,00</b>	<b>42.700,00</b>
<b>(-) Custos Operacionais</b>	<b>19.256,00</b>	<b>37.500,00</b>	<b>17.000,00</b>
(-) Custos Operacionais c/ pecuária	9.794,00	35.000,00	12.000,00
(-) Custos Operacionais c/ agrícola	4.462,00	2.500,00	5.000,00
<b>(=) Lucro Bruto</b>	<b>22.744,00</b>	<b>8.500,00</b>	<b>25.700,00</b>
<b>(-) Despesas não Operacionais</b>	<b>9.440,00</b>	<b>6.500,00</b>	<b>15.000,00</b>
(-) Despesas Administrativas	7.000,00	3.500,00	3.000,00
(-) Despesas Financeiras	7.440,00	3.000,00	12.000,00
<b>(+) Receitas não Operacionais</b>	<b>6.642,00</b>	<b>8.496,00</b>	<b>3.500,00</b>
(+) Receitas Aposentadoria	1.996,00	1.996,00	0
(+) Receitas Financeiras	4.646,00	6.500,00	3.500,00
<b>(=) Lucro Líquido Exercício</b>	<b>19.946,00</b>	<b>10.496,00</b>	<b>14.200,00</b>

Fonte: Elaborada pela autora, com base em Kassai (2007), Garcia et al. (2011), Oliveira (2011), Crepaldi (2012) e Marion (2012).

No que se refere ao DRE pode-se constatar que o produtor “A” possui um lucro de R\$ 19.946,00, já os produtores “B” e “C” tiveram lucro menor no período analisado de R\$ 10.496,00 e R\$ 14.300,00, respectivamente, esses valores mais baixos ocorreram devido ao fato do Produtor “C” possuir terras a pagar em longo prazo e o Produtor “B” teve problemas com a bacia leiteira, tais como as oscilações de preços, que o levaram a obter uma margem de lucro mais baixa. Por fim, a DRE, tem como objetivo detalhar a formação do resultado líquido de um exercício, pelo resultado da combinação das receitas, custos e despesas de uma propriedade, podendo auxiliar na análise da situação dos resultados no meio rural.

Em suma, como foi apontado nas tabelas anteriores o produtor rural “A”, não possui dívidas de longo prazo, pois seu ativo circulante é maior que seu passivo, sendo assim há possibilidade recursos para as operações da propriedade. O produtor “A” possui contas a pagar, mas estas são administráveis, pois este produtor possui recursos e tem sua produção bem estabilizada, e além disso, há capital suficiente para sanar as mesmas. Os investimentos realizados pelo produtor “A” são exclusivos para a lavoura, e esta gera lucros suficientes para se pagar, sendo que esta situação se dá porque o ativo circulante é maior que o passivo circulante, não precisando usar de outras rendas para sanaras dividas no leite que é outra atividade da propriedade também está sendo autossustentável.

Por sua vez, pode-se afirmar que o produtor “B”, comprometeu seu ativo com dívidas, mas possui condições de saná-las com seu imobilizado, ou seja, as dívidas que o mesmo possui, não é maior que seu capital. O lucro líquido desta propriedade é o menor dentre as analisadas para o trimestre, no valor de R\$ 10.496,00, o que significa dizer que o resultado operacional esta sendo menor que as despesas, isto é, o dinheiro que entra na propriedade não cobre os custos que a mesma possui.

Tendo em vista este resultado, as decisões que este produtor rural precisa tomar, requerem muito cuidado, pois como as despesas estão sendo maiores que a entrada de dinheiro na propriedade, qualquer gasto extra, pode comprometer o resultado da atividade.

Finalmente, o produtor “C”, possui o mesmo problema do produtor “B”, mesmo com despesas não operacionais no trimestre maiores que as demais propriedades (R\$ 15.00,00) os seus custos operacionais são menores. Pode-se observar nestas demonstrações que o lucro bruto do mesmo é o maior entre as propriedades analisadas mesmo possuindo despesas operacionais altas, sendo seu lucro de R\$ 14.200,00.

Na sequencia e após a apuração do BPP e do DREP, realizou-se o cálculo do limite de crédito que o produtor poderia pagar em parcelas trimestrais e/ou mensais (Tabela 5). Salienta que, de acordo com Sebrae, a pessoa física assalariada teria condições de comprometer 30% de sua renda bruta e que este dado acaba também sendo utilizado no mercado para definição do limite de credito.

Tabela 5 - Análise de Crédito por meio da Prática da Pessoa Física

<b>Receita Bruta</b>	<b>Produtor “A”</b>	<b>Produtor “B”</b>	<b>Produtor “C”</b>
<b>Trimestral (30%)</b>	12.900,00	14.400,00	13.500,00
<b>Mensal (30%)</b>	4.300,00	4.800,00	4.500,00

Fonte: Elaborada pela autora (2019).

A Tabela 5 apresenta o cálculo do limite de crédito que o produtor poderia pagar em parcelas trimestrais e mensais. Observa-se então, que o produtor “A”, possui condições de pagamento de uma parcela de R\$ 4.300,00, o produtor “B”, tem condições de pagar parcelas de dívidas no valor de R\$ 4.800,00, já o Produtor “C”, possui condições de pagar uma parcela de R\$ 4.500,00.

A seguir apresentam-se os resultados dos índices econômico-financeiro dos produtores investigados.

## 5.2 Apresentação dos Índices Econômico-Financeiro das Propriedades Investigadas

Apresenta-se a seguir análise dos índices econômicos financeiros dos produtores investigados: índices de liquidez, estrutura de capitais e rentabilidade das propriedades investigadas.

Tabela 6 - Análise dos Índices Econômicos Financeiros

Propriedades	“A”	“B”	“C”
<b>Liquidez</b>			
Liquidez corrente	1,31	1,55	1,97
Liquidez seca	0,18	0,65	0,62
Liquidez geral	4,37	3,12	2,69
<b>Estrutura de capitais</b>			
Participação de capital de terceiros	2,36	1,83	1,45
Composição do endividamento	81,34	62,97	24,26
Imobilização do patrimônio líquido	7,81	3,94	3,22
Dependência bancária	0,00	0,68	0,98
<b>Índice rentabilidade</b>			
Margem líquida	47,49	22,82	33,26
Rentabilidade do patrimônio líquido	0,72	0,20	0,20

Fonte: Elaborada pela autora (2019).

### 5.2.1 Análise da Liquidez

Observa-se que para cada R\$ 1,00 de dívida do produtor “A”, há R\$ 1,31 de dinheiro e valores que se transformarão em dinheiro. Para cada R\$ 1,00 de obrigação a curto prazo do produtor “B”, há R\$ 1,55 para cobertura da dívida e para o produtor “C”, há R\$ 1,97 em dinheiro para cumprir as obrigações de curto prazo.

Por sua vez, o índice de liquidez geral busca dar uma visão da solvência de uma empresa no longo prazo. Por esse motivo, além dos itens considerados na liquidez corrente, o índice de liquidez geral adiciona os direitos e as obrigações da empresa para um prazo mais longo.

Pode-se observar que o índice de liquidez geral dos produtores “A”, “B” e “C” demonstram que estes possuem capacidade de pagamento a longo prazo. Salienta-se que se analisado de forma isolado o índice de liquidez geral perde um pouco sua utilidade visto que a empresa pode, por exemplo, ter feito um financiamento longo para investir em sua modernização, e os recursos para quitar essa dívida chegarão aos poucos ao longo dos anos e não terão resultado imediatos.

O índice de liquidez geral acaba detectando a situação financeira da propriedade de forma global, mas apenas no que se refere à liquidez e se diferencia dos outros tipos de índices de liquidez por ser mais amplo, avaliando a situação de longo prazo da empresa, sendo que os outros tipos de índices anteriores avaliam a situação de curto prazo.

## 5.2.2 Análise da Estrutura de Capitais

### **a) Participação de capital de terceiros**

Na sequência observa-se que 2,36%, 1,83% e 1,45% dos recursos totais originam-se de capitais de terceiros. O que significa que para cada R\$ 100,00 de Capital Próprio, a empresa utiliza R\$ 2,36, R\$ 1,83 e R\$ 1,45 de Recursos de Terceiros. Cabe salientar que uma participação de Capitais de Terceiros elevada em relação ao Capital Próprio torna a propriedade vulnerável a qualquer das incertezas do mercado e da própria gestão, lembrando que, no geral, as instituições financeiras acabam não concedendo financiamentos para as empresas que apresentarem situação desfavorável, como revelou os dados do estudo. Pode-se afirmar ainda quanto maior a relação Capital de Terceiros/Patrimônio Líquido menor a liberdade de decisões financeiras da empresa ou maior a dependência a esses terceiros.

### **b) Composição de endividamento**

Por sua vez, a análise da composição do endividamento dos produtores apresenta dados bastante significativos, pois através deste índice é possível verificar quanto da dívida total da empresa deverá ser pago em curto Prazo, isto é, obrigações a Curto Prazo comparadas com as obrigações totais. Pode-se observar que quanto mais dívidas para pagar em Curto Prazo, maior será a “pressão” para o produtor gerar recursos para honrar seus compromissos.

Cabe salientar que os processos de pagamento de dívidas de curto prazo normalmente precisam ser pagos com os recursos possuídos “hoje”, mas sabe-se das dificuldades em gerar recursos a Curto Prazo; outra coisa é ter dívidas a Longo Prazo, pois aí deve-se dispor de tempo para gerar recursos para pagar essas dívidas.

Nesse caso, pode-se observar que as propriedades possuem uma composição do endividamento razoavelmente elevada. Além disso, não possuem disponibilidades em caixa ou em aplicações financeiras suficientes que possam vir a honrar o pagamento das dívidas de curto prazo. Lembrando que quanto menor a composição do endividamento, melhor para o produtor, pois isso ocorre porque ele deverá desembolsar menos capital no curto prazo para o pagamento de dívidas.

### **c) Imobilização do patrimônio líquido**

No que se refere à imobilização do patrimônio líquido, observa-se que este indicador mostra o percentual do patrimônio líquido que se encontra aplicado no ativo permanente das propriedades investigadas. Nos dados apresentados significa que para R\$ 100,00 de Capital Próprio as propriedades têm aplicados no Ativo permanente R\$ 7,81; R\$ 3,94 e R\$ 3,22, respectivamente para o produtor “A”, “B” e “C”. Ou seja, quanto maior o investimento no ativo permanente, menos recursos sobrarão para aplicar no ativo circulante, sendo que isso pode fazer com que a propriedade precise se endividar no curto prazo para poder honrar seus compromissos. Pelos dados analisados percebe-se que uma boa parcela do ativo das propriedades “A”, “B” e “C” se encontra imobilizado, gerando dificuldades de honrar suas obrigações. Recomenda-se que o Patrimônio Líquido seja suficiente para cobrir o Ativo Permanente da empresa, pois assim, menor será a dependência financeira na propriedade.

Ou seja, “quanto mais a empresa investir no Ativo Permanente, menos recursos próprios sobrarão para o Ativo Circulante e, em consequência, maior será a dependência a capitais de terceiros para o financiamento do Ativo Circulante” (MATARAZZO, 1995, p. 164).

### **d) Dependência bancária**

O grau de dependência bancária mostra a participação bancária de financiamentos e empréstimos em relação ao patrimônio da empresa, ou seja, quanto é obtido de empréstimo bancário para cada R\$ 100,00 de patrimônio líquido. Percebe-se, pelos dados apresentados, que a propriedade “A” não possui dependência bancária, já as propriedades “B” e “C” possuem baixíssima dependência bancária, 0,68% e 0,98%, respectivamente.

### 5.2.3 Análise de Rentabilidade

#### a) Margem Líquida (%)

A margem líquida é um índice que relaciona o lucro as vendas, portanto este indicador possui uma ligação forte com o nível de rentabilidade que a propriedade consegue demonstrar em suas atividades em geral. Observa-se pelos dados apontados que a propriedade “A” possui uma margem líquida mais adequada, já que para cada R\$ 100,00 de vendas o seu lucro é de R\$ 47,49, seguida pela propriedade “C” que apresentou lucro de R\$ 33,26, na propriedade “C” a margem de lucro foi menor, ou seja, R\$ 22,82 de lucro para cada R\$ 100,00 vendidos.

Observa-se que a margem líquida permite entender se a propriedade está tendo lucro, sendo que este índice na maioria das vezes é apresentado em formato de porcentagem visando facilitar a visualização dos resultados e auxiliar a evitar resultados financeiros insatisfatórios. No caso de inadimplência, a margem líquida aponta quantos clientes serão necessários para cobrir uma falta de pagamento. Uma margem de 25%, por exemplo, requer 4 clientes pagantes para cada inadimplente.

#### b) Rentabilidade do Patrimônio Líquido

Este indicador de rentabilidade do Patrimônio Líquido representa o total de bens que o produtor possui, mostra o percentual de Lucro ou Prejuízo Líquido auferido relacionado ao montante total aplicado pelo (s) proprietário (s). Quanto maior a porcentagem positiva, melhor. Observa-se que a propriedade “A” possui 0,72%, e os produtores “B” e “C” 0,20%.

Segundo FEIL (2015), a utilização destes índices para a análise de crédito do produtor rural pessoa física auxilia na decisão sobre a concessão do crédito, sendo assim, os índices contribuem para detalhar o atual caso da propriedade diante da situação econômica e patrimonial do produtor, o que é corroborado por Matarazzo (2010). Além disso, o acesso aos índices históricos das propriedades rurais pode auxiliar na projeção de cenários futuros, tornando assim a análise de crédito confiável e precisa.

A seguir apresenta-se o fator de insolvência das propriedades investigadas.

### 5.2.4 Análise do Fator de Insolvência

No que se refere ao fator de insolvência primeiramente cabe esclarecer que por falta de outro instrumento que aborde a insolvência para o meio rural, utilizou-se neste estudo por analogia o “termômetro de Kanitz (1978)”. Cabe salientar que o Termômetro de Kanitz é um

instrumento no qual se pode prever a possibilidade de falência de uma empresa e neste estudo será utilizado para avaliar o grau de insolvência das 3 propriedades investigadas. Salienta-se que quando uma empresa é insolvente, ela começa a demonstrar sinais de dificuldade, podendo chegar à falência, sendo incapaz de pagar suas contas, sendo assim:

Kanitz (1978) construiu o chamado “termômetro de insolvência”, seguindo uma linha semelhante à de Altman (1968), e utilizou como fator de insolvência os seguintes indicadores, multiplicados por pesos que foram estipulados com base em ponderações estatísticas: (1) lucro líquido sobre patrimônio líquido recebeu peso 0,05; (2) ativo circulante mais realizável no longo prazo sobre exigível total foi ponderado por 1,65; (3) ativo circulante menos estoque sobre passivo circulante (liquidez seca) foi multiplicado por 3,55; (4) ativo circulante sobre passivo circulante (liquidez corrente) recebeu peso 1,06; e (5) exigível total sobre patrimônio líquido foi ponderado por 0,33. O fator de insolvência foi definido como  $(1) + (2) + (3) - (4) - (5)$  e apresenta variações abaixo e acima de zero. Os valores abaixo de  $-3$  indicam que a empresa encontra-se numa situação que poderá levá-la à falência. Evidentemente, quanto menor esse valor, mais próxima da falência estará a empresa. A área do “termômetro de insolvência”, compreendida entre 0 e  $-3$ , é o que se chamou de “penumbra”, ou seja, uma área em que a indicação do fator de insolvência não é suficiente para determinar a situação da empresa. Entretanto, o uso de maior número de índices para calcular o fator de insolvência ajuda a diminuir essa zona de penumbra no termômetro. Os valores acima de zero representam insolvência positiva (solvência), e os menores, possibilidades de vir a falir. Essa possibilidade diminuirá à medida que o fator positivo for maior. (BRESSAN et al., 2004, p. 7).

Pode-se dizer que a solvência está sendo considerada neste estudo como a capacidade de um produtor rural cumprir com as suas obrigações financeiras. Assim sendo, uma propriedade “solvente” é quando o proprietário tem condições e segurança para pagar todas as suas contas e ainda conseguir ter certa reserva de patrimônio, o que acaba gerando um bom cenário de lucro e também assegura sua sobrevivência por um bom tempo. Por sua vez, um índice de solvência mais alto gera confiança com relação ao pedido de financiamentos em instituições financeiras. Observa-se na Tabela 7 que as três propriedades analisadas estão com fator de insolvência adequado e poderão honrar com suas obrigações.

Tabela 7 - Fator de Insolvência das Propriedades Investigadas

				A	B	C
<b>X1:</b>	Lucro Líquido/Patrimônio Líquido	$\frac{LL}{PL}$	x 0,05 =	0,00	0,00	0,00
<b>X2:</b>	Liquidez Geral	$\frac{AC + RLP}{PC + ELP}$	x 1,65 =	7,21	5,15	4,44
<b>X3:</b>	Liquidez Seca	$\frac{AC - E}{PC}$	x 3,55 =	0,64	2,30	2,19
<b>X4:</b>	Liquidez Corrente	$\frac{AC}{PC}$	x 1,06 =	1,39	1,64	2,09
<b>X5:</b>	Exigível Total/Patrimônio Líquido	$\frac{CT}{PL}$	x 0,33 =	0,01	0,01	0,00
<b>FI =</b>	FATOR DE INSOLVÊNCIA (X1+X2+X3-X4-X5)			6,5	5,8	4,5

Fonte: Elaborada pela autora (2019).

Compreende-se neste item, que a análise da contabilidade de uma propriedade rural é de suma importância para compreender e examinar a situação financeira. Sem compreender a mesma, torna-se impossível fazer qualquer investimento que gere gastos que em determinadas situações, torna-se difícil de sanar. Neste, percebe-se a necessidade que o produtor possui em fazer uma administração de qualidade em seu negócio conhecendo e analisando os dados disponíveis.

Na sequencia, destaca-se ainda que as variáveis que influenciam a inadimplência poderá impactar o crédito para o produtor rural, deste modo buscou-se desenvolver um plano de ação como uma ferramenta de auxílio à gestão dos produtores rurais da região investigada. A partir da constatação dos problemas, foi possível apresentar um plano de ação que busca dar diretrizes para o planejamento e acompanhamento das atividades rurais dessas propriedades visando atingir um resultado desejado.

Observou-se que os produtores rurais investigados no estudo, acabam tendo dificuldades em melhorar o desempenho de seus negócios, principalmente pela falta de planejamento de suas ações, ou ainda por outros motivos como, tais como: necessidade de um acompanhamento contábil, situações familiares e problemas de saúde (estresse, preocupação, nervosismo, etc), captação maior que o patrimônio líquido, capacitação para gestão da propriedade, dívidas de menores valores são as que com mais frequência encontram-se vencidas, restrições ao crédito (falta de garantia), passivo com fornecedores de insumos, cooperativas e agroindústrias e/ou dívidas no âmbito do crédito rural oficial e fora dele, e receitas obtidas abaixo do esperado e/ou custos muito elevados.

A seguir apresentam-se as variáveis que influenciam a inadimplência do produtor rural e diretrizes/plano de ação. Estas variáveis que – de acordo com os dados apresentados - podem vir a impactar o crédito para o produtor rural.

Quadro 7 - Plano de Ação Relacionado aos Principais Motivos que Levam os Produtores Rurais a terem Dificuldades Relacionadas à Capacidade de Pagamento

VARIÁVEL/MOTIVO	POR QUE INFLUÊNCIA NO CRÉDITO?	CONSEQUÊNCIAS?	AÇÃO PROPOSTA
<b>Necessidade de um acompanhamento contábil</b>	É fundamental para a administração dos bens, é um auxílio para a organização da entrada e saída da parte financeira da propriedade (CREPALDI, 2006).	Sem a análise contábil, há grande possibilidade de endividamentos, pois, não haverá o controle administrativo e financeiro da propriedade e dos bens.	Conscientização e estruturação para utilização da contabilidade simplificada.
<b>Situações familiares e problemas de saúde (estresse, preocupação, nervosismo, etc)</b>	A saúde dos produtores rurais ainda é um grande problema, pois muitos ainda não possuem condições de vida dignas (MUNK, 2016).	A situação de preocupação com pagamento das contas acaba influenciando na saúde do produtor e consequentemente agrava a situação, tornando o ciclo vicioso.	Controle emocional facilitando o processo de sanar dívidas e priorizando o controle da parte financeira.
<b>Captação maior que o patrimônio líquido</b>	Aquisição de novas terras para aumento do plantio, aquisição de equipamentos, descontrole e possibilidade de endividamento.	Falta de recurso financeiro e planejamento para honrar com as obrigações.	Planejamento e controle para novas aquisições. Sugere-se elaborar um planejamento financeiro e estratégico.
<b>Capacitação para gestão da propriedade</b>	Falta de gestão influencia diretamente na administração das contas.	Descontrole da área financeira causa endividamento e inadimplência.	Buscar capacitação de gestão em órgãos vinculados à área rural. Saber quais são os objetivos de médio e longo prazo.
<b>Dívidas de menores valores são as que com mais frequência encontram-se vencidas</b>	Dívidas de menor valor são rotineiramente deixadas de lado e pode virar a “bola de neve”.	Atraso de parcelas, juros mais altos em compras pequenas.	Evitar parcelamentos de dívidas menores e observar o prazo de vencimento de todas as dívidas. Sugere-se fluxo de planejamento das contas.
<b>Restrições ao crédito (falta de garantia)</b>	Falta de garantia impossibilita acesso ao crédito.	Com a falta de recursos para a aquisição de novos equipamentos, e os limites bancários atingidos, não há liberação de crédito e consequentemente dificulta a viabilização da propriedade.	Os bens financiados dados em garantia ao banco não costumam ser suficiente para compor as exigências, sendo necessário, complementar as garantias. Verificar formas de garantia complementar junto ao banco.
<b>Passivo com fornecedores de insumos, cooperativas e agroindústrias e/ou dívidas no âmbito do crédito rural oficial e fora dele</b>	Com crédito restrito inviabiliza novos negócios. O crédito é um grande facilitador para dinheiro em mãos.	Custos financeiros maiores do que o do crédito rural usual e consequentemente dificuldade de pagamento das contas.	Evitar passivo com fornecedores através de um bom planejamento financeiro. Revisão mensal das contas. Fazer projeções para o futuro.

<b>Receitas obtidas abaixo do esperado e/ou custos muito elevados</b>	Neste ponto, o preço não é o principal fator. Os custos de produção acabam para muitos agricultores sendo um dos pontos fundamentais das dificuldades financeiras.	Custos altos geram um lucro menor que o esperado, ou muitas vezes nem geram lucros.	Monitoramento e Planejamento de custos. Identificar os maiores gastos e dinheiro parado.
-----------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O objetivo geral do estudo foi avaliar os fatores que interfere na gestão de crédito e na capacidade de pagamento através da análise de crédito pessoa física produtora rural aplicado a propriedades do município de Catuípe/RS. Acima de tudo, a administração rural ainda é um desafio para muitos agricultores, sendo que neste estudo foi possível observar as diferentes necessidades dos produtores no que se refere ao crédito, capacidade de pagamento e inadimplência impactando as atividades exercidas em suas propriedades.

O estudo fez ainda uma breve análise das políticas públicas voltadas ao crédito para o produtor rural e observou-se que a agricultura no Brasil é uma atividade que requer recursos financeiros para seu desenvolvimento e os recursos públicos que estão cada vez mais escassos, exigindo que a atividade no meio rural seja cada vez mais viabilizada com recursos dos produtores, o que dificulta em muito a gestão das contas e o autofinanciamento junto ao mercado financeiro passa a ser mais frequente. Tendo em vista todos os fatores/variáveis que influenciam o acesso ao crédito pelo produtor, muitos citados por eles mesmos, estão: os fatores climáticos e comerciais, taxas de juros, e as incertezas mercadológicas e por fim, o Produto Interno Bruto (PIB) e a taxa de câmbio. Sendo que os juros e a taxa de cambio são os mais agravantes para que o endividamento ocorra.

Logo, o estudo ressaltou que uma propriedade rural para se manter viável financeiramente, precisa ter o controle e o planejamento de suas atividades, pois a falta de gestão adequada da propriedade pode levar a influenciar a capacidade de pagamento das contas. Dos agricultores entrevistados, e em pequenos relatos foi possível constatar que a administração básica das receitas e despesas é um grande problema para descontrolar as finanças e conseqüentemente dificultam a obtenção do crédito e a capacidade de pagamento por parte do produtor. Além disso, os créditos são uma alternativa para o investimento ou custeio agrícola, e se bem administrados facilitam a gestão da atividade em geral.

Durante a pesquisa observou-se que o processo de acesso ao crédito no meio rural é um processo crítico e que exige planejamento de ação voltado exclusivamente para o meio rural. A falta de planejamento e monitoramento adequado do crédito tornam a gestão um processo ineficiente e prejudicam a atividade no meio rural. O monitoramento de um fluxo de caixa básico permitirá monitorar o problema e reduzir o capital de giro necessário para a

manutenção das atividades e para os investimentos a serem definidos no futuro, o que também leva o produtor a depender menos de captação de recursos de bancos/cooperativas. Constatou-se nas 3 propriedades investigadas que estas não adotam procedimentos adequados na controle de contas e processo de cobrança nem ao menos uma ação para redução do tempo de inadimplência. Portanto o simples controle de entradas e saídas de recursos é um problema crítico, tornando-se necessário trabalhar a temática do endividamento com mais rapidez nestas propriedades.

O estudo através de coleta de dados econômico financeiros possibilitou conhecer as propriedades em estudo e tornar possível tomar decisões técnicas, pois se passou a dispor de dados possíveis de serem analisados. O trabalho contribui para o conhecimento da área agrícola, em especial na área da gestão financeira da propriedade rural, onde ainda há carência de estudos. O endividamento dos agricultores é algo pouco comentado nas mídias, isso não significa que não seja algo preocupante. Tendo em vista o método de pesquisa utilizado, foi possível, ter conhecimento mais real situação econômica financeira em que as propriedades se encontram.

Por fim, o plano de ação para as propriedades aqui apresentado é uma assistência na gestão contábil, mas em hipótese algumas substitui a contabilidade formal para as propriedades. Sugere-se dar sequencia por meio de controles e fazer um acompanhamento das atividades e evolução dos indicadores da propriedade rural. Destaca-se ainda que a especificidade do meio rural permita não somente planejar uma propriedade rural em termos financeiros e melhorar a eficiência em todos os processos produtivos, deve-se ir além e entender o ambiente em que a propriedade está inserida, bem como os anseios da família para que estas possam tomar decisões mais assertivas para tornar a propriedade mais produtiva e ao mesmo tempo priorizar o bem estar da família rural.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão, “Uma nova extensão para a agricultura familiar”. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. Brasília, DF, **Anais** [...],1997.

ACOSTA, A. et al.. **Capacitação rural. Porto Alegre**, SEBRAE, 1999.

ALFONSIN, R. **Mais juros no crédito rural complica endividamento**. Entrevistado: Ricardo Alfonsín. Entrevistador: Canal Rural. Porto Alegre, 16 de março de 2015. Disponível em:<<http://alfonsin.com.br/mais-juros-no-credito-rural-complica-endividamento/>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

ALMEIDA, C. O.; BACHA, C. J. C. Evolução da política cambial e da taxa de câmbio no Brasil, 1961-97. **Pesquisa & Debate**, SP, v. 10, n. 2, p. 5-29, 1999.

ALMEIDA, L. F. de; ZYLBERSZTAJN, D. Crédito Agrícola no Brasil: uma perspectiva institucional sobre a evolução dos contratos. **Revista Eletrônica de Negócios Internacionais**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 267-287, ago./dez. 2008.

ARAÚJO, P. F. C.; BARROS, A. L. M.; ALMEIDA, A. Turbulência e indefinição no financiamento à agricultura. *In: Agricultura, economia e sociedade: ensaios em homenagem ao prof. Fernando Estácio*. Lisboa, IFADAP, 2001. p. 83-97.

ARRAES, R. A.; TELES, V. K. Trajetória recente da inadimplência rural: Nordeste versus Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 30, n. esp., p. 402-418, 1999. Disponível em: [http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/2264/1/1999\\_art\\_raarraes.pdf](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/2264/1/1999_art_raarraes.pdf). Acesso em: jun. 2019.

ASSAF NETO, A. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597000146/>. Acesso em: 01 out. 2019.

BACHA, C. J. C.; DANELON, L.; DEL BEL FILHO, E. Evolução da taxa de juros real do crédito rural no Brasil- período de 1985 a 2003. **Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo, v. 14, n. 26, p. 43-69, 2005.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Resolução 2.682 de 21 de dezembro de 1999.** Dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Brasília: BACEN, 1999.

BEUREN, I. M. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática.** 3. ed. São Paulo : Atlas, 2013

BLATT, A. **Avaliação de risco e decisão de crédito: um enfoque prático.** São Paulo: Nobel, 1999.

BOFF, J. **Proposta de um processo de análise de crédito para uma empresa de confecções.** Monografia - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

BOUSTANY, J. **La production des imprimés non-périodiques au Liban de 1733 à 1920: étude bibliométrique.** 1997. Tese (Doutorado em Sciences de l'Information et de la Communication) - Université Michel de Montaigne, Bordeaux III, Bordeaux. 1997.

BRASIL. **Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972.** Regulamento Cria o Sistema Nacional de Cadastro Rural, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1972]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L5868.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5868.htm). Acesso em: fev. 2019

CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS - CAGED. Agropecuária registra abertura de 37.373 postos de trabalho em maio. **Canal Rural Uol**, São Paulo, 27 de junho de 2019. Disponível em: <https://canalrural.uol.com.br/noticias/agropecuaria-registra-abertura-de-37-373-postos-de-trabalho-em-maio/>. Acesso em: ago. 2019.

CAMPOS, C. G. C. **Padrões climáticos atuais e futuros de temperatura do ar na região Sul do Brasil e seus impactos nos cultivos de pêssego e de nectarina em Santa Catarina.** 2011. 191 f. Tese (Doutorado em Meteorologia) - INPE- São José dos Campos, SP, 2011.

CARRER, M. J.; SOUZA FILHO, H. M.; VINHOLIS, M. M. B. Determinantes da demanda de crédito rural por pecuaristas de corte no estado de São Paulo. **Rev. Econ. Sociol. Rural.** Brasília, v. 51, n. 3, p. 455-478, 2013.

CARVALHO, M. A.; SILVA, C. R. L. Taxa de juros um problema real para agricultura. **Revista da Política Agrícola**, Brasília, ano 17, n. 1, jan./mar. 2008.

Cédula Produtor Rural - CPR. Normas Legais, Curitiba, [21--?]. Disponível em <http://www.normaslegais.com.br/juridico/cedula-de-produto-rural-cpr.htm>. Acesso em: jun. 2019.

CNA. **Renegociações de dívidas de crédito rural**: Banco do Brasil e BNDES abrem linhas para produtores em situação de inadimplência. Brasília: CNA, agosto de 2018. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/artigos-tecnicos/renegociacoes-de-dividas-de-credito-rural-banco-do-brasil-e-bndes-abrem-linhas-para-produtores-em-situacao-de-inadimplencia>

COELHO, C. N. “70 anos de Política Agrícola no Brasil (1931 – 2001)”. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, ano 10, n. 3, jul./set. 2001.

COLPANI, M. N. **Controle dos financiamentos de créditos agrícolas**. Monografia - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Fraiburgo, SC, 2007.

CORREA, A. C. C.; MATIAS, A. B.; VICENTE, E. F. R. **Balanço perguntado**: Uma metodologia de obtenção de demonstrativos financeiros de micro e pequenas empresas. Curso de EAD, Universidade de São Paulo. 2006. 15 p.

COSTA, C. J. P. Fatores determinantes da inadimplência do crédito rural Pronaf em áreas de assentamento de reforma agrária no nordeste do estado do Para. **Revista Economia e Desenvolvimento**, Recife-PE, v. 10, n. 1, 2011.

CREPALDI, S. A. **Contabilidade rural**: uma abordagem decisória. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

CUNHA, C. I. M. **As Caixas de Crédito Agrícola Mútuo e as Determinantes Macroeconômicas do Risco de Crédito**. Relatório de Estágio (Mestrado em Economia, em Economia Financeira e Economia Industrial) - Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2015.

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura a economia do agronegócio**. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2012.

EMBRAPA. **Documento Embrapa Cerrados**. Planaltina: Embrapa, 2010, v.1, n.1, maio. 2010.

FEIL, A. A. Modelo de análise de crédito para produtor rural Agrícola e Pecuária. **Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre, ed. 26, v. 14, n.1, p. 43-61, 2015.

FRIEDMANN, H. World market, state and family social bases of household production in the era of wage labour. **Comparative Studies in Society and History**, Cambridge, v. 20, n. 4, p. 545-586, oct. 1978.

FUCHINI, C. **Sustentabilidade financeira e custos de transações em uma organização de microcrédito no Brasil**. 2005. 131 f. Dissertação - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

GASPI, S. de; LOPES, J. L. **Desenvolvimento Sustentável e Revolução Verde: uma aplicação empírica dos recursos naturais para o crescimento econômico das mesorregiões do Paraná**. Disponível em: <[http://www.econom.iaetecnologia.ufpr.br/XI\\_ANPEC-Sul/artigos\\_pdf/a4/ANPEC-Sul-A4-08-desenvolvimento\\_sustenta.pdf](http://www.econom.iaetecnologia.ufpr.br/XI_ANPEC-Sul/artigos_pdf/a4/ANPEC-Sul-A4-08-desenvolvimento_sustenta.pdf)>. Acesso em: 21 nov. 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GITMAN, L. J. **Princípios de administração financeira**. 10. ed. São Paulo: Addison Wesley, 2004.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios da administração financeira**. 12 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

IUDÍCIBUS, S. **Análise de balanços**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

JÚNIOR, C. 12% das famílias devem 5 vezes a sua renda. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 01 set. 2010. Caderno Mercado, p. 4.

LEITE, S. P.; JUNIOR, V. J. W. Estado, políticas públicas e agronegócio no Brasil: revisitando o papel do crédito rural. **Rev. Pós Ci. Soc.** v. 11, n. 22, jul./dez. 2014.

LIMA, M.; ALVES, B. J. Vulnerabilidades, impactos e adaptação à mudança do clima no setor agropecuário e solos agrícolas. **Parcerias Estratégicas**, Brasília, v. 13, n. 27, p. 73-110, 2008.

LONG, N. Commoditization: thesis and antithesis. In: LONG, N.; PLOEG, J. D. V. D.; CURTIN, C.; BOX, L. **The commoditization debate**: labour process, strategy and social network Netherlands Agricultural University of Wagening, 1986. p. 8-24.

MACIAS-CHAPULA, C. A. O papel da informetria e da cienciometria e sua perspectiva nacional e internacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 134-140, maio/ago. 1998.

MARION, J. C. **Contabilidade Rural**: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária, imposto de renda pessoa jurídica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MARION, J. C. **Contabilidade rural**: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária, imposto de renda pessoa jurídica. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis**: contabilidade empresarial. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522478002/>>. Acesso em: 01 out. 2019.

MARQUES, N. P. **Financiamento para a aquisição de máquinas agrícolas e seus impactos sobre a indústria Brasileira**. 2013. 89 f. Monografia (Graduação em Economia) - UFRGS, Porto Alegre, RS, 2013.

MARTELLO, A. BC sobe juro para 14,25% ao ano e indica manutenção no futuro. **G1.com**, Brasília, 2015.

MARTINS, E.; MIRANDA, G. J.; DINIZ, J. A. **Análise didática das demonstrações contábeis**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2018. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597015591/>. Acesso em: 01 out. 2019.

MATARAZZO, D. C. **Análise Financeira de Balanços**. São Paulo: Editora Atlas, 1995.

MATARAZZO, D. C. **Análise Financeira de Balanços**. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

MEDEIROS, V. **Contabilidade**. Artigo eletrônico publicado em janeiro de 2008. Disponível em: <http://www.valdecicontabilidade.net.br>. Acesso em: 22 mar. 2009.

MELO, L. B.; FILHO, M. A. R. Determinantes do risco do crédito rural no Brasil: uma crítica as renegociações da dívida rural. **Rev. Bras. Econ.**, Rio de Janeiro, v. 71, n. 1, jan./mar. 2017.

MELO, M. M.; MARINHO EMERSON, L. S.; ALMIR, B. O impulso do crédito rural no produto do setor primário brasileiro. **Nexus Econômicos**, CME-UFBA, v. 7, n. 1, jan./jun. 2013.

MESSER, T. F. **Análise de crédito de produtor rural pessoa física: divergência da aplicação via modelo pessoa física e modelo pessoa jurídica**. 2014. 131 f. Monografia (Graduação de Ciências Contábeis) - Centro Universitário UNIVATES, Lajeado, RS, 2014.

MIQUELETO, G. J. **Contribuições para o desenvolvimento do seguro agrícola de renda no Brasil: evidências teóricas e empíricas**. Tese (Doutorado) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ) da Universidade de São Paulo (USP), Piracicaba, 2011.

MIURA, Y.; DAVI, M. C. A. Utilização de instrumentos de avaliação de riscos para concessão de créditos às pessoas jurídicas. **Revista de Ciências Humanas da Unipar, Umuarama**, Akrópolis, v. 8, n. 1, p. 48-61, jan./mar. 2000.

MOREIRA, D. A. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

OLIVATO, H.; SOUZA, P. K. B. Endividamento: um estudo preliminar dos fatores contribuintes. In: 1º Simpósio de Educação e do 1º Encontro Científico de Educação da Unisalesiano, 1., 2007, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Unisalesiano, 2007.

OLIVEIRA, João Carlos V. Sobrevalorização da taxa de cambio e o agronegócio: uma análise de equilíbrio geral com base na estrutura produtiva brasileira de 1995. Tese de doutorado da Universidade de São Paulo. Piracicaba, Janeiro 2002

OLIVEIRA, N. C. de. **Métodos utilizado para análise de crédito de pessoa física nas instituições financeiras e sua relação com o índice de inadimplência**. 2010. 44 f. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2010.

PADOVEZE, C. L.; BENEDICTO, G. C. **Análise das demonstrações financeiras**. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

PETROLI, V. Crise econômica no Brasil leva produtores rurais a pedirem recuperação judicial no Mato Grosso. **Revista Olhar Agro e Negócio**, Cuiabá, 24 de setembro de 2015. Disponível em: [http://www.olhardireto.com.br/agro/noticias/exibir.asp?noticia=Crise\\_economica\\_no\\_Brasil\\_1\\_eva\\_produtores\\_rurais\\_a\\_pedirem\\_recuperacao\\_judicial\\_em\\_MT&id=21104](http://www.olhardireto.com.br/agro/noticias/exibir.asp?noticia=Crise_economica_no_Brasil_1_eva_produtores_rurais_a_pedirem_recuperacao_judicial_em_MT&id=21104). Acesso em: 15 set. 2018.

PRODANOV, C. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo-RS: Universidade Feevale, 2013.

RAMOS, R. C. O seguro no Brasil: origem, evolução e proposição para aperfeiçoamento. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.3, n. 3, mar. 2009.

RAMOS, S. Y.; JUNIOR, G. B. Evolução da Política de Crédito Rural Brasileira. **Revista Embrapa Cerrados**, Planaltina-DF, 1. ed. 2010.

RIBEIRO, O. M. **Estrutura e análise de balanços fácil**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502621886/>. Acesso em: 01 out. 2019.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, L. A. et al. A bibliometria como ferramenta de análise da produção intelectual: uma análise dos hot topics sobre sustentabilidade. **Biblionline**, João Pessoa, v. 12, n. 3, p. 34-47, jul./ set. 2016.

RUBERTO, I; V.G. A influência dos fatores macroeconômicos sobre o endividamento das famílias Brasileiras no período de 2005- 2012. **Revista estudos do CEPE**, Santa Cruz do Sul, n. 37, p. 58-77, jan./jun. 2013.

SANTOS, G. R. dos; SOUZA, A. G.de; ALVARENGA, G. **Seguro agrícola no Brasil e o desenvolvimento do programa de subvenção ao prêmio**. Texto para discussão do IPEA. Brasília, 2013.

SANTOS, J. O. **Análise de crédito: empresas, pessoas físicas, agronegócio e pecuária**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SAVITZ, A. W.; WEBER, K. **The triple bottom line: how today's best-run companies are achieving economic, social, and environmental success and how you can too.** San Francisco: Wiley & Sons, 2006.

SCHNEIDER, S. A importância da pluriatividade para as políticas públicas no Brasil. **Revista de Políticas Agrícolas**, Brasília, ano 16, n. 3, jul./set. 2007.

SCHNEIDER, S.; MATTEI, L.; CAZELLA, A. A. Histórico, Caracterização e Dinâmica Recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (org.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural.** Porto Alegre, 2004. p. 21-50.

SCHRICKEL, W. K. **Análise de crédito: concessão e gerência de empréstimos.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SECURATO, J. R. **Decisões financeiras em condições de risco.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SILVA, J. P. **Gestão e análise de riscos de crédito.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SILVA, Jose Graziano. Os desafios da Agricultura Brasileira. **Seminário Agricultura Brasileira: desempenho recente, desafio e perspectivas.** Brasília, Mapa/ Ipea, março de 2010.

SOUZA, R. P. **Competitividade da produção de leite da agricultura familiar: os limites da exclusão.** Tese (Doutorado) - Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Econômico, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Campinas, 2011.

SPOLADOR, H. F. S. **Reflexões sobre a Experiência Brasileira de Financiamento da Agricultura.** 2001. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada), ESALQ: São Paulo, Piracicaba, 2001.

TÁVORA, F. L. **Renegociação de dívida rural: Reflexões sobre o financiamento da agricultura brasileira.** Brasília, DF: Senado Federal, abr. 2014. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-146-renegociacao-de-divida-rural-reflexoes-sobre-o-financiamento-da-agricultura-brasileira>. Acesso em: jun. 2019.

THOMAS, J. A.; SULSBACH, T. M.; HOFER, E.; ENGEL, W. A contabilidade nas empresas rurais para a obtenção de crédito nas instituições financeiras. **Revista ciências sócias em perspectiva**, Araraquara, v. 8, n. 14, p. 39-58, 2009.

ULRICH, E. R. Contabilidade rural e perspectivas da gestão no agronegócio. **Revista de administração e ciências contábeis do IBEAU**, v. 4, n. 9, jul./dez. 2009.

UQBAR. **Dicionário de finanças**. Rio de Janeiro: Uqbar, 2018. Disponível em: <<http://manual.uqbar.com.br/portal/Manual/default/Content?action=2&uri=/Manual/S/securitizacao.html>>. Acesso em: 02 out. 2018.

WAQUIAL, P. D.; MIELE, M.; SCHULTZ, G. **Mercados e comercialização de produtos agrícolas**. Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

XAVIER, C. G. **Riscos na Análise do crédito**. 2011. 70 f. Monografia (Bacharel em Ciências Contábeis) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2011.

XAVIER, L. F.; COSTA, J. M.; COSTA, E. F. Inadimplência ao Crédito Rural na Fruticultura Irrigada do Pólo Petrolina-Juazeiro. **Revista Desenbahia**, Salvador, n. 9, p. 35, set. 2008.

ZANON, R. S. **Proposta de modelo de análise e concessão do crédito para o setor de insumos agrícolas**. 2007. Monografia - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

## APÊNDICE A - Instrumentos da Pesquisa

### Entrevista - Estruturação do formulário de coleta na utilização da entrevista, com base em Correa et al. (2006)

#### PERGUNTAS AMPLAS SOBRE A PROPRIEDADE RURAL

1. Nome da propriedade rural e localização.
  2. Desde quando a empresa existe?
  3. Qual é o número de famílias/integrantes de uma propriedade rural?
  4. Há sazonalidade no cultivo e na venda dos produtos? E quais são as variáveis que interferem?
  5. Quais são os produtos que a propriedade rural produz/comercializa?
  6. Qual (is) o (s) produto (s) principal (is) em termos de Rendimentos?
  7. Qual é o número de pessoas que trabalham na propriedade rural?
- Perguntas específicas da área financeira e econômica da propriedade rural:
1. Qual é o rendimento mensal e anual da propriedade rural (vendas ou rendimento bruto)?
  2. Há algum tipo de dedução deste rendimento bruto?
  3. Qual é o percentual de venda de produtos agrícolas à vista e a prazo?
  4. Prazo médio de recebimento das vendas a prazo.
  5. Há a antecipação das vendas a prazo? Se for, identificar: prazo, taxas e frequência da antecipação.
  6. Quanto custam os produtos vendidos? Discriminar quais são os custos e seus valores.
  7. Listar todas as despesas que a propriedade rural possui (em valores).
  8. Qual é prazo médio para pagamento de fornecedores de insumos agrícolas? Listar os insumos.
  9. Quanto é gasto com a folha de pagamentos ou distribuição dos dividendos?  
Empregados...
  10. Qual é a periodicidade que a folha de pagamento ou a distribuição são realizadas?
  11. A remuneração é fixa ou é variável? Explicar como é realizada.
  12. Quais impostos, taxas e ou contribuições que a propriedade rural paga? Listar e quantificar.
  13. Qual foi o investimento inicial feito para que a propriedade rural pudesse iniciar suas atividades?
  14. O investimento inicial foi próprio ou de terceiros, e identificar o percentual e valor.
  15. Quanto à propriedade rural possui no momento em bancos ou caixa? Especificar cada caso.
  16. Quanto à propriedade rural possuía aproximadamente, no início do exercício, em bancos ou caixa? Especificar cada caso.
  17. Quais os gastos de maior relevância que não contabilizados nos custos operacionais e administrativos?
  18. Quanto à propriedade rural possui de estoque?
  19. A propriedade rural possui alguma dívida bancária? (listar: valor, taxa, período e garantia).
  20. Quanto há de imobilizado na propriedade rural (valor a preço de venda)?

## APÊNDICE B - Planilhas Excel Utilizadas para Coleta dos Dados nas Propriedades Investigadas

Figura 1 – Variáveis produtor/propriedade

PRODUTOR	
Renda familiar	
Nível de escolaridade	
Idade	
Gênero respondente	
já teve dificuldades financeiras que impossibilitam o cumprimento das obrigações	
PROPRIEDADE	
Área da propriedade (ha)	
Principal atividade da propriedade?	

Figura 2 – Roteiro para Balanço Patrimonial inventariado (parte 1)

BALANÇO PATRIMONIAL INVENTARIADO (R\$)			
<b>1. ATIVO</b>	<b>3.000,00</b>	<b>2. PASSIVO</b>	<b>-</b>
<b>1.1 Ativo Circulante</b>	<b>3.000,00</b>	<b>2.1 Passivo Circulante</b>	<b>-</b>
<b>1.1.1 Disponibilidades</b>	<b>3.000,00</b>	<b>2.1.1 Fornecedores</b>	<b>-</b>
1.1.1.1 Caixa	-	2.1.1.1 Fornecedor A	-
1.1.1.2 Banco conta corrente	-	2.1.1.2 Fornecedor B	-
1.1.1.3 Banco conta aplicação/Poupança	3.000,00	2.1.1.3 Fornecedor C	-
1.1.1.4 Conta a receber	-	<b>2.1.2 Impostos a pagar</b>	<b>-</b>
<b>1.1.2 Estoque</b>	<b>-</b>	2.1.2.1 Imposto Territorial Rural	-
1.1.2.1 Insumos	-	2.1.2.2 IR a pagar	-
1.1.2.1.1 Fertilizantes	-	2.1.2.2 IOF a pagar	-
1.1.2.1.2 Herbicidas	-	<b>2.1.3 Salários a pagar</b>	<b>-</b>
1.1.2.1.3 Sementes plantio	-	2.1.3.1 Salários a pagar	-
1.1.2.1.4 Ração em geral	-	<b>2.1.4 Diversos a pagar</b>	<b>-</b>
1.1.2.1.5 Produtos agrícolas	-	2.1.4.1 Seguros a pagar	-
1.1.2.2 Produtos agrícolas	-	2.1.4.2 Empréstimos a pagar	-
1.1.2.2.1 Milho	-	2.1.4.3 Cheque especial a pagar	-
1.1.2.2.2 Fumo	-	2.1.4.4 Cartão de crédito a pagar	-
1.1.2.2.3 Leite	-	2.1.4.5 Telefone a pagar	-
1.1.2.3 Rebanho em Formação	-	2.1.4.6 Água a pagar	-
1.1.2.3.1 Novilhos	-	2.1.4.7 Internet a pagar	-
1.1.2.3.2 Bezerros	-	2.1.4.8 Outras contas a pagar	-
1.1.2.3.3 Suínos	-	<b>2.2 Passivo Não Circulante</b>	<b>-</b>

Figura 3 – Sequencia do roteiro para Balanço Patrimonial inventariado (parte 2)

1.1.2.3.3 Suínos	-	<b>2.2 Passivo Não Circulante</b>	-
1.1.2.3.4 Frangos	-	<b>2.2.1 Fornecedores</b>	-
<b>1.2 Ativo Não Circulante</b>	-	2.2.1.1 Fornecedor A	-
1.2.1 Realizável a longo prazo	-	2.2.1.2 Fornecedor B	-
1.2.1.2 Imobilizado	-	2.2.1.3 Fornecedor C	-
1.2.1.2.1 Terras	-	<b>2.2.2 Empréstimos a pagar</b>	-
1.2.1.2.1.1 Área de terras	-	2.2.2.1 Empréstimos BNDES	-
1.2.1.3.2 Pastagens Formadas	-	2.2.2.2 Empréstimos Microcrédito	-
1.2.1.3.2.1 Grama (potreiro)	-	<b>2.3 Patrimônio Líquido</b>	-
1.2.1.3.2.2 Pastagens	-	<b>2.3.1 Capital Social</b>	-
1.2.1.3.3 Máquinas e Motores	-	<b>2.3.2 Lucro Líquido Exercício</b>	-
1.2.1.3.3.1 Picador de pasto	-		
1.2.1.3.3.2 Ensiladeira	-		
1.2.1.3.3.3 Trator	-		
1.2.1.3.3.4 Colheitadeira	-		
1.2.1.3.3.5 Carretão Caçamba	-		
1.2.1.3.4 Instalações	-		
1.2.1.3.4.1 Casa de Ordenha	-		
1.2.1.3.4.2 Galpão Geral	-		
1.2.1.3.4.3 Pociлга	-		
1.2.1.3.4.4 Aviário	-		
1.2.1.3.4.5 Arames e Piquetes	-		
1.2.1.3.4.6 Casa da Sede	-		
1.2.1.3.5 Cultura P Formação	-		
1.2.1.3.5.1 Laranjal	-		
1.2.1.3.5.3 Silvicultura	-		
1.2.1.3.5.5 Nogueiras	-		
1.2.1.3.6 Rebanho	-		
1.2.1.3.6.1 Bovinos leiteiros	-		
1.2.1.3.6.2 Touros	-		
1.2.1.3.6.3 Ovelhas	-		
1.2.1.3.6.4 Reprodutores	-		

Figura 4 – Roteiro para Demonstrativo do Resultado perguntado

<b>DRE - Perguntado - Produtor Rural</b>				
<b>Receita Operacional Bruta</b>				
Receita Bruta Rural				
<b>(-) Deduções da Receita Bruta</b>				
(-) Impostos, devoluções e descontos				
<b>(=) Receita Líquida Total</b>				
<b>(-) Custos Operacionais</b>				
(-) Custos Operacionais c/ pecuária				
(-) Custos Operacionais c/ agrícola				
<b>(=) Lucro Bruto</b>				
<b>(-) Despesas não Operacionais</b>				
(-) Despesas Administrativas				
(-) Despesas Financeiras				
<b>(+) Receitas não Operacionais</b>				
(+) Receitas Aposentadoria				
(+) Receitas Financeiras				
<b>(=) Lucro Líquido Exercício</b>				

Fonte: adaptado de Kassai (2007), Garcia et al. (2011), Oliveira (2011), Crepaldi (2012) e Marion (2012).

Figura 5 – Roteiro para Indicadores econômico-financeiros

<b>GRUPO A</b>	<b>LIQUIDEZ</b>	<b>ÍNDICE LIQUIDEZ</b>	<b>Fórmula</b>	<b>RESULTADO</b>
	<b>Onde:</b>	<b>GERAL (LG)</b>	$AC+RLP/PC+PNC$	
	AC Ativo Circulante	<b>CORRENTE (LC)</b>	$AC/PC$	
	RLP Realizável a Longo Prazo	<b>SECA (LS)</b>	$(AC-E)/PC$	
	PC Passivo Circulante			
	PNC Passivo Não Circulante			
	E Estoque			
<b>GRUPO B</b>	<b>ESTRUTURA DE CAPITALIS</b>	<b>ÍNDICE ESTRUTURA DE CAPITALIS</b>	<b>Fórmula</b>	
	<b>Onde:</b>	<b>PARTICIPAÇÃO DE CAPITAL DE TERCEIROS</b>	$(CT/PL) \times 100$	
	CT Capitais de terceiros (PC + PNC)	<b>COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO</b>	$(PC/CT) \times 100$	
	PL Patrimonio líquido (PL)	<b>IMOBILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	$(AP/PL) \times 100$	
	PC Passivo Circulante (PC)	<b>DEPENDENCIA BANCARIA</b>	$(EB/PL) \times 100$	
	AP Ativo Permanente (ANC)			
	EB Empréstimos bancários			
<b>GRUPO C</b>	<b>RENTABILIDADE</b>	<b>ÍNDICE RENTABILIDADE</b>	<b>Fórmula</b>	
	<b>Onde:</b>	<b>MARGEM LÍQUIDA</b>	$(LL/VL) \times 100$	
	LL LUCRO LÍQUIDO	<b>RENTABILIDADE DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	$(LL/PLM) \times 100$	
	VL VENDAS LÍQUIDAS			
	PLM PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÉDIO			

Figura 6 – Roteiro para Análise do crédito

<b>Análise de crédito do produtor rural X via análise de liquidez, endividamento e rentabilidade</b>	
<b>LIQUIDEZ</b>	
Liquidez Corrente	
Liquidez Seca	
Liquidez Geral	
<b>ESTRUTURA DE CAPITAIS</b>	
PARTICIPAÇÃO DE CAPITAL DE TERCEIROS=	
COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO=	
IMOBILIZAÇÃO DO PATRIMONIO LIQUIDO=	
DEPENDENCIA BANCARIA=	
<b>INDICE RENTABILIDADE</b>	
MARGEM LÍQUIDA=	
RENTABILIDADE DO PATRIMÔNIO LIQUIDO=	

Figura 7 – Roteiro para Resultado final

<b>Fator de insolvência</b>				
X1:	LUCRO LIQUIDO/PATRIMONIO LIQUIDO	$\frac{LL}{PL}$	x 0,05 =	
X2:	LIQUIDEZ GERAL	$\frac{AC + RLP}{PC + ELP}$	x 1,65 =	
X3:	LIQUIDEZ SECA	$\frac{AC - E}{PC}$	x 3,55 =	
X4:	LIQUIDEZ CORRENTE	$\frac{AC}{PC}$	x 1,06 =	
X5:	EXIGÍVEL TOTAL/PATRIMONIO LIQUIDO	$\frac{CT}{PL}$	x 0,33 =	
FI =	FATOR DE INSOLVÊNCIA (X1+X2+X3-X4-X5)			